

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
PARANÁ**



Cecília Maria Westphalen

Na qualidade de coordenador, no âmbito da Universidade Federal do Paraná, das atividades inerentes ao Programa de Avaliação da Reforma Universitária, proposto pelo Grupo Gestor de Pesquisas da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, do então Ministério da Educação e Cultura, a partir de novembro de 1983, tive a honra de contar com a inestimável colaboração da Professora Cecília Maria Westphalen.

Tendo em consideração seus reconhecidos dotes de pesquisadora séria, conhecedora profunda da História do Paraná e também da nossa Universidade, cujo desenvolvimento em boa parte acompanhou, inclusive dando sua importante contribuição, convidei-a, com anuência dos demais colaboradores ilustres, para escrever a parte do trabalho relativa ao histórico da instituição, necessária segundo orientação da CAPES.

Acompanhei o seu trabalho de elaboração, inclusive a pesquisa e consulta bibliográfica, o exame de atas, documentos, relatórios e estatísticas, percorrendo exaustivamente os diferentes setores, suas secretarias, bibliotecas e arquivos.

Vejo, assim, com muita satisfação, a publicação do presente trabalho, como elogiável maneira que a autora encontrou de comemorar, às suas próprias expensas, os 75 anos de fundação da Universidade Federal do Paraná e que, por feliz coincidência, assinalam também os 40 anos de ingresso da autora como aluna e os 30 anos de seu concurso para Professora Catedrática da instituição.

Curitiba, 8 de dezembro de 1987

Roberto Linhares da Costa
Professor da UFPR

Blank Page

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
PARANÁ**



Cecília Maria Westphalen

**CURITIBA
1987**

Westphalen, Cecília Maria.

Universidade Federal do Paraná : 75 anos /
Cecília Maria Westphalen. -- Curitiba : SBPH-Pr,
1987.

116 p.

1. Universidade Federal do Paraná.

CDD 378.8162

CDU 378.4(816.2)

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
PARANÁ**



Cecília Maria Westphalen

**CURITIBA
1987**



**Cecília Maria Westphalen
(1923-2004)**

*Fotografia datando da época em que ela concluiu o
Curso de Direito na UFPR (1952).*

Blank Page

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
UNIVERSIDADE MAIS ANTIGA	9
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPR	17
RECURSOS MATERIAIS	33
CORPO DOCENTE DA UFPR	41
GRADUAÇÃO NA UFPR	57
PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPR	67
PESQUISA NA UFPR	77
EXTENSÃO NA UFPR	89
EFEITOS DA LEI Nº 5.540/68 NA UFPR	105
UNIVERSIDADE REVOLUCIONÁRIA	109
À MODA DE CONCLUSÃO	115

Blank Page

*Confio que essa nuvem que sombra os
nossos horizontes será um acidente
passageiro e que, com fé e perseverança,
a Universidade do Paraná há de se firmar
e se sobrepor a todos os vendavais . . .*

Vitor do Amaral

Assembléia Universitária de 19.12.17

Blank Page

INTRODUÇÃO

Este livro, em homenagem aos 75 anos da Universidade Federal do Paraná, resulta de relatório sobre as características históricas da Instituição, realizado para encaminhamento à CAPES, quando do Programa de Avaliação da Reforma Universitária, em 1984, coordenado na UFPR pelo Vice-Reitor, Professor Roberto Linhares da Costa.

Por sugestão deste, foi ampliado e atualizado para publicação neste ano aniversário.

Pretendeu-se realizar uma história interna da Universidade, uma história do cotidiano dos seus afazeres.

É bastante conhecida a história da fundação, da restauração e da federalização da Universidade nos seus aspectos externos e voltada para a exaltação de seus vultos eminentes, o que é certamente meritório e devido.

Todavia, por formação da Autora, voltada para a história de longa duração, para a história de todos os homens, o objetivo era chegar à história da Universidade mesma – na sua biografia institucional, na anatomia das suas estruturas e na radiografia do seu desempenho social.

Ou seja, uma história de vida da Universidade, onde atuam homens: professores, alunos, funcionários – e cuja atuação manifesta-se nos produtos finais de feitos multiplicadores, oferecidos pela Universidade, no ensino, na pesquisa e na extensão, à sociedade paranaense e nacional.

Também, uma história da sua estrutura organizacional, anatômica, evidenciando as permanências, como as rupturas muitas vezes desagregadoras da coesão universitária.

Ainda, uma radiografia de momentos conjunturais vividos pela sociedade paranaense com a Universidade inserida na sua problemática e dela participando na vanguarda.

Estruturas, conjunturas, longa e média duração, mas também o acontecimento fugaz, enfim, a história da Universidade.

O livro foi concebido para ser apresentado em três volumes. O primeiro, introdutório, que hoje se publica. O segundo, com a análise da administração de todos os dirigentes da Universidade. O terceiro, com a nominata de professores e alunos diplomados pela Universidade Federal do Paraná, desde sua primeira turma até o presente.

Por motivos óbvios, sobretudo pelos altos custos, a publicação integral não foi possível, nem faz parte da programação oficial da Reitoria.

Oxalá, o árduo trabalho de pesquisa que resultou nos dois últimos volumes, seja aproveitado, ao menos no Centenário da Universidade, quando esta, liberta de quaisquer cerceamentos, *viva* a plenitude da sua *universitas*.

UNIVERSIDADE MAIS ANTIGA

A Universidade Federal do Paraná constitui a maior instituição cultural criada e mantida pelos paranaenses, representando ainda a mais avançada expressão da ciência, da tecnologia e da cultura do Paraná.

O Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, aliás, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Universidade, dizia que, com a sua fundação, inscrevia-se na história do Estado do Paraná, o mais significativo e relevante fato da sua história regional.

A sua criação, em 1912, teve precursores que, contudo, não conseguiram realizá-la, principalmente pela imprecisão da idéia universitária. O historiador paranaense Rocha Pombo, pela Lei nº 93, do Congresso Legislativo Estadual, em 1892, teve autorizada a concessão para o estabelecimento de uma Universidade em Curitiba, confundidos porém os seus objetivos com aqueles de ensino médio. Chegou a ser lançada, no mesmo ano, a pedra fundamental dessa Universidade, no Campo da Cruz (hoje Praça Ouvidor Pardiniho). Nada mais foi adiante.

Em 1912, Fernando Moreira, Pamphilo de Assumpção e Vitor Ferreira do Amaral e Silva, integram, em junho, comissão destinada a dotar a cidade de Curitiba de um estabelecimento de ensino superior, aproveitando-se a vigência da chamada Lei Rivadávia que instituíra a liberdade de ensino em território nacional.

Outros intelectuais, liderados pelo médico Nilo Cairo, tiveram também, por essa época, o ideal da Universidade. Judiciosamente, unem-se os dois grupos. Vitor Ferreira do Amaral e Silva, com o seu prestígio de médico de renome, de antigo Diretor da Instrução Pública do Estado e deputado federal, e Nilo Cairo, com a audácia e obstinação da sua ação e entusiasmo. Apoiados, desde logo, pelo Governo de Carlos Cavalcanti, trabalharam no decorrer dos

últimos meses do ano de 1912, conseguindo a 19 de dezembro reunir a primeira Assembléia Universitária de fundação e instalação da Universidade do Paraná.

A Universidade era criada considerando-se o número de paranaenses que procuravam outros Estados a fim de realizar estudos superiores, bem como o número daqueles que, falhos de recursos pecuniários, não podiam fazê-lo.

Neste momento, a Universidade era julgada possível, porque do final do século para 1912, os tempos haviam mudado, segundo Nilo Cairo.

. . . O Estado do Paraná progrediu; a sua população e a sua riqueza aumentaram; cresceram extraordinariamente o seu comércio e a sua indústria; atraídos pelo novo campo que se oferecia à sua atividade, para cá vieram médicos, advogados e engenheiros; tanto o jornalismo como as letras se alastraram; um movimento febril e quasi convulsivo agitou todas as causas; Curitiba que, naquela época (a da tentativa de Rocha Pombo em 1892), só tinha vinte mil almas, passou a ter setenta mil.

A Universidade deveria manter os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Medicina Veterinária, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Medicina e Cirurgia e Comércio, além de curso preparatório. Os seus fundadores afirmavam "não nos propomos fazer rótulos para dourar a ignorância, mas sim ministrar um ensino profícuo e sólido, que prepare o aluno para a vida prática".

A instituição era una, não se dividia em faculdades ou escolas. As congregações eram de cursos e os seus representantes no Conselho Superior da Universidade eram indicados por sorteio. A Diretoria era eleita por este Conselho.

Para o primeiro biênio foram eleitos como Diretor (Reitor), Vitor Ferreira do Amaral e Silva e como Secretário, Nilo Cairo.

Em 15 de março de 1913 eram iniciadas as aulas, com 97 alunos e 26 professores, dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio. Pouco mais tarde funcionaria o curso de Medicina e Cirurgia. As aulas de início foram dadas em casa alugada situada à rua Comendador Araújo.

Reconhecida pela Lei nº 1284, de 27 de março de 1913, logo também o Governo do Estado do Paraná, pela Lei nº 1367, de 5 de março de 1914, concede o auxílio anual de 36:000\$000 à Universidade Federal do Paraná, ficando esta obrigada à matrícula de até 10 alunos, gratuitamente, em seus

diferentes cursos. Declarada de utilidade pública pela Lei nº 1456, de 11 de abril de 1914, recebe da Prefeitura Municipal de Curitiba, a doação do terreno à Praça Santos Andrade.

Nesse terreno foi iniciada a construção e transferidas as classes para o novo edifício à medida que eram terminadas as salas de aula.

No prédio alugado passaria a funcionar a Maternidade que, mais tarde, receberia o nome de Vitor do Amaral e Silva, transferida para o prédio próprio, em 1930.

Nova legislação, porém, o decreto Maximiliano, de 1915, tolhia a liberdade de ensino no País, e o Conselho Superior de Ensino indefere o pedido de inspeção prévia apresentado pela Universidade do Paraná, a pretexto da inexistência no País de universidade padrão, à qual pudesse ser equiparada aquela do Paraná, conforme determinavam os novos dispositivos legais, além da exigência de cem mil habitantes para a cidade que pretendesse sediar universidade.

Em decorrência, a Universidade do Paraná, para efeito de reconhecimento de suas escolas, isoladamente, teve de ser desmembrada em três Faculdades, de Direito, de Engenharia e de Medicina, permanecendo embora reunidas por uma Diretoria (Reitoria) que as centralizava e administrava, imbuída do espírito universitário inicial simbolizado em Vitor Ferreira do Amaral e Silva. As exigências governamentais levaram, porém, até mesmo à separação dos respectivos patrimônios, ainda que permanecessem partilhando do mesmo prédio, cuja administração ficava a cargo de Vitor Ferreira do Amaral e Silva. Na verdade adotava-se a forma de uma Federação das Faculdades Superiores do Paraná.

A idéia da restauração porém sempre esteve presente, sobretudo a partir da criação da Universidade do Brasil que seria a universidade padrão, exigida pela lei. Vitor Ferreira do Amaral e Silva a menciona praticamente em todos os seus relatórios e pronunciamentos como Diretor da Faculdade de Medicina. João Ribeiro de Macedo Filho apresentava-se em congressos educacionais defendendo-a, ou discutindo-a com autoridades.

Entretempos, novos estabelecimentos de ensino superior surgem no Paraná, como a Escola Superior de Agronomia (1918), a Escola Superior de Veterinária (1931), mantidas pelo Governo do Estado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938), a Faculdade de Administração e Finanças (1937), de mantenedoras particulares. A Escola Superior de Química surgira em 1924 com o Curso de Química Industrial anexo à Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, passara porém ao Governo do Estado em 1941. Ainda a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (1942), instituição particular.

Redemocratizado o País, ganha vulto em 1946 a idéia da restauração da Universidade do Paraná. A conjuntura era-lhe favorável. O próprio Governo Federal tomava iniciativas no sentido de expandir o número das universidades. No Paraná, um grupo de professores da Universidade, ocupando posições executivas e legislativas, trabalha junto ao Governo Federal em favor da Universidade. O vice-Reitor da Universidade do Brasil, Professor Pedro Calmon, em contato com João Ribeiro de Macedo Filho e outros, trabalha no mesmo sentido. Brasil Pinheiro Machado, na Interventoria do Estado, e os deputados federais Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Netto, ganham o apoio do Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, de maneira que a 1.º de abril de 1946, era reinstalada a Universidade do Paraná, ainda como estabelecimento privado de ensino superior, equiparado aos oficiais. Nela se integravam as Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Filosofia, Ciências e Letras. O Decreto-Lei n.º 9.323, de 6 de junho de 1946, assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro Ernesto de Souza Campos, sancionava a restauração da Universidade do Paraná, aprovados os seus Estatutos.

O interventor Brasil Pinheiro Machado, pelo Decreto-Lei n.º 457, de 2 de maio de 1946, concedera à Universidade do Paraná, a importância de cinco milhões de cruzeiros, para a constituição de um fundo universitário. Ainda, em 21 de junho de 1946, o Decreto-Lei n.º 134, da Prefeitura Municipal de Curitiba, concedia à Universidade, uma área de 500 mil metros quadrados, situada no bairro do Cajuru, em Curitiba. O Governo do Estado, pelo Decreto-Lei n.º 501, de 21 de agosto de 1946, instituía também em favor da Universidade uma subvenção anual de três milhões de cruzeiros.

Com a restauração, Vitor Ferreira do Amaral e Silva é eleito novamente Reitor da Universidade. Exerce a Reitoria até julho de 1948 quando, por força de disposições estatutárias, é sucedido pelo novo Reitor eleito, João Ribeiro de Macedo Filho que faleceu, entretanto, em agosto de 1949.

O novo Reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, já na Assembléia Universitária de 19 de dezembro de 1949, lançava a campanha pela federalização da Universidade, a qual perseguiu obstinadamente.

Mobilizam-se as forças paranaenses, culturais e políticas, neste sentido e, assim, a 4 de dezembro de 1950, por dispositivo da Lei n.º 1.254, era federalizada a Universidade, integrada por aquelas Faculdades e incluída a Faculdade de Ciências Econômicas que, desde 1945, funcionava anexa à Faculdade de Direito e que se incorporara à Universidade em março de 1950.

Assinavam a Lei, o Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Ministro da Educação Pedro Calmon.

O Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 30.738, de 7 de abril de 1952, dava a nova organização da Universidade. Eram ministrados os cursos de Direito, Engenharia Civil, Medicina, Odontologia, Farmácia, Matemática, Física, Química, História Natural, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglogermânicas, Pedagogia e Ciências Econômicas. Contudo, era mantida a separação em Faculdades ou Escolas. Aliás, as Faculdades de Odontologia e de Farmácia foram criadas em 1958, separando-se da Faculdade de Medicina.

Flávio Suplicy de Lacerda, exercendo a Reitoria, em mandatos sucessivos, de 1948 a 1964, com grande descortínio preocupou-se em dotar a Universidade Federal do Paraná das bases físicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades didáticas e científicas. Assim, concluiu a Policlínica Garcez do Nascimento (1951), remodelou e concluiu o edifício central da Universidade (1955), construiu, à rua XV de Novembro, o conjunto de edifícios da Reitoria, do Auditório, da Faculdade de Ciências Econômicas (1956) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1958). Construiu ainda o Hospital de Clínicas cujos encargos o Governo do Estado transferira à Universidade, em 1953 (1960), a Imprensa Universitária (1959), a Casa da Estudante Universitária e o Anexo da Reitoria com o Restaurante Universitário (1966), bem como o Centro Politécnico (1961).

Neste período, foi incorporada à Universidade, em 1953, a Escola Superior de Química, ainda como estabelecimento privado, porém federalizada em 1960. Foram ainda incorporadas as Escolas Superiores de Agronomia e de Veterinária que já se encontravam federalizadas desde janeiro de 1950. Foram criados os cursos de Engenharia Mecânica (1960), de Biblioteconomia (1960) e de Ciências Contábeis (1958). Foram tomadas as primeiras medidas para a transferência da Escola de Florestas para a Universidade Federal do Paraná.

Particular atenção foi dada à pesquisa, com a criação, em 1958, do Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná. Vinculados a ele, surgem o Instituto de Bioquímica (1959), o Instituto de Geologia (1959), o Instituto de Pesquisas Químicas (1959), o Instituto de Matemática (1959), o Instituto de Física (1959), o Instituto de Mecânica (1960), e o Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado (1961).

No ano de 1959, foram tomadas iniciativas de importância no campo da cultura: a criação do Coral Universitário, a reativação da Orquestra Sinfônica e a instalação do Museu de Arqueologia e Artes Populares, este último em Paranaguá.

Com a Revolução de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda deixou a Reitoria da Universidade Federal do Paraná, para exercer o cargo de Ministro da Edu-

cação e Cultura. No Ministério, entre outras realizações, deu início ao processo de reforma universitária, no País.

Esta, vinha sendo objeto de reclamos, sobretudo de estudantes universitários e de segmentos progressistas da sociedade nacional.

Flávio Suplicy de Lacerda foi sucedido pelo Reitor José Nicolau dos Santos. Nessa gestão, foram criados os cursos de Jornalismo, de Arquitetura e Urbanismo, de Engenharia Elétrica (1965), e de Administração. Foi definitivamente incorporada a Escola de Florestas (1966), bem como houve agregação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Tiveram início os cursos de pós-graduação, com o mestrado em Bioquímica (1965). A Faculdade de Farmácia foi instalada no prédio da rua Coronel Dulcídio e a Escola de Florestas na antiga sede da Escola de Química transferida para o Centro Politécnico.

Flávio Suplicy de Lacerda retorna à Reitoria da Universidade Federal do Paraná ainda para um mandato, quando submete ao Conselho Federal de Educação, o plano de reestruturação da Universidade, aprovado pelo Decreto n.º 64.386, de 9 de maio de 1969.

Foram aprovados, em decorrência, novos Estatutos, pelo Parecer n.º 197/70, do Conselho Federal de Educação, homologados pelo Decreto n.º 66.615, de 21 de maio de 1970.

Por estes Estatutos, a Universidade estruturava-se em sete Institutos que deveriam ministrar o ensino e a pesquisa básicos, e onze Faculdades destinadas ao ensino profissional e à pesquisa aplicada. Eram os Institutos de Matemática, de Física, de Geociências, de Biologia, de Ciências Humanas, de Letras e Artes, além do Instituto de Bioquímica. As Faculdades eram de Direito, de Medicina, de Engenharia, de Educação, de Engenharia Química, de Economia e Administração, de Odontologia, de Farmácia, de Agronomia, de Veterinária e de Florestas. A Universidade contava ainda com os seguintes órgãos suplementares: Biblioteca Central e Centro de Bibliografia e Documentação, Hospitais Universitários, Imprensa Universitária, Rádio e Televisão, Centro de Computação Eletrônica, Centro de Microscopia Eletrônica, Centros de Estudos e Pesquisas, Centros de Tecnologia e Estações Experimentais, Museus de Ciências e Artes, Centro de Desportos e Recreação, Centro de Recursos Audio-Visuais e Orquestra e Coral. Alguns desses órgãos deveriam ainda ser instalados, como os Museus de Ciências e Artes, o Centro de Desportos e Recreação, a Rádio e a Televisão, e os diversos Centros de Estudos e Pesquisas.

Os cursos de graduação deveriam compreender dois ciclos, sendo o primeiro comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, bem como seriam observados nos diversos cursos de graduação, a matrícula por disciplina, fixação de pré-requisitos, sistema de créditos e regime semestral ou trimes-

tral. Além do regime departamental, congregando disciplinas afins, foram instituídos os colegiados de curso. Na administração superior da Universidade foram criados o Conselho de Ensino e Pesquisa e o Conselho de Curadores. Foram criados os Mestrados em Entomologia e Genética Humana (1969).

Concluído o seu mandato, e a lista sêxtupla que deveria indicar o seu sucessor estando sub-judice, Flávio Suplicy de Lacerda foi substituído pelo decano do Conselho Universitário, Algacyr Munhoz Maeder, a quem coube dar os primeiros passos de implantação da reforma universitária, haja vista a instalação e o funcionamento do Conselho de Ensino e Pesquisa, a partir de novembro de 1971. Na sua administração, foram criados e instalados os cursos de Mestrado em História, Geodésia e Engenharia Florestal.

A Universidade procurou adaptar-se à reforma instituída pelo Estatuto de 1970. Porém, como o seu Regimento Geral não fora aprovado pelo Conselho Federal de Educação, sobretudo em virtude do grande número de unidades que contava, foi necessária nova reformulação estatutária.

Com a aposentadoria de Algacyr Munhoz Maeder e já elaboradas listas sêxtuplas para novos mandatos, foi, entretempos, primeiramente nomeado o Vice-Reitor, Eduardo Correia Lima que, no exercício da Reitoria, em 1973, decidiu cumprir à risca as determinações do Departamento de Assuntos Universitários do MEC e do Conselho Federal de Educação, inclusive clausurando, embora protestos, o Conselho de Ensino e Pesquisa, ao qual competia deliberar sobre quaisquer modificações concernentes ao ensino e à pesquisa na Universidade.

Destarte, aceita pelo Vice-Reitor em exercício, foi promovida nova estruturação da Universidade, a reforma de 1973, extinguindo particularmente as congregações das unidades universitárias e reduzindo o seu número, assim como, aquele dos departamentos e das disciplinas ofertadas.

Seriam dois anos difíceis e trabalhosos para a Universidade, de total reformulação de currículos e planos de ensino, reformulação de unidades e departamentos, matrículas centralizadas no DAA, controle computacional de frequência e aproveitamento, etc.

Nomeado em outubro de 1973, o Reitor Theodócio Jorge Atherino, instalou as novas Pró-Reitorias, a Coordenação de Pós-Graduação, elaborou o Plano Global da Universidade com vistas, sobretudo, à reorganização dos espaços disponíveis, as necessidades de expansão, fixando os três *campi* universitários (Centro, Jardim das Américas e Bacacheri). Construiu, no Campus Jardim das Américas, o Almoxarifado Central da Universidade e iniciou a construção do Setor de Ciências Biológicas e do Centro de Desportos e Recreação. Expandiu o ensino ministrado pela Universidade com os novos cursos de graduação em Psicologia, Comunicação Visual, Desenho

Industrial, Educação Artística, Estudos Sociais de 1^o e 2^o Graus. Geologia, Engenharia Cartográfica, Estatística, Processamento de Dados, Enfermagem e Turismo. Efetivou, ainda, a incorporação à Universidade, da Escola Superior de Educação Física e Desportos do Paraná, com o curso de Educação Física. Criou e instalou os Mestrados em Letras, Cardiologia, Pediatria, Zoologia, Educação, Medicina Interna e o Doutorado em Entomologia e em Bioquímica. Implantou a prática da entrega dos diplomas devidamente registrados, no ato da cerimônia da Colação de Grau. ○

Ao término do seu mandato, foi sucedido pelo Reitor pró-tempore, Ocyron Cunha que, integrando a lista sêxtupla, foi nomeado Reitor em março de 1977. Na sua gestão, concluiu a construção do Setor de Ciências Biológicas e construiu, no Pontal do Sul, o Centro de Biologia Marinha. Criou os Mestrados em Botânica, Clínica Cirúrgica, Morfologia, Solos e Direito, além dos Doutorados em História, Geodésia e Engenharia Florestal. Implantou a Coordenação de Pesquisas da Universidade. Instituiu, em 1980, a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura. Na sua gestão, ainda, foi criado e instalado o curso de graduação em Nutrição.

O Reitor Ocyron Cunha foi sucedido pelo Professor Alcy Joaquim Ramalho, que tomou posse a 13 de abril de 1982. Durante seu mandato preocupou-se em traçar diretrizes para a ação da Universidade, desenvolvendo suas potencialidades, sobretudo no campo das ciências agrárias, tendo em vista a configuração do Paraná como produtor agrícola. Concluiu o processo da permuta de imóveis da Universidade com os terrenos do IAPAS, no Capanema. Iniciou a remodelação dos imóveis da Universidade, sobretudo do Edifício Central e do Centro Politécnico. Por sua iniciativa, instituiu-se o processo de consulta direta à comunidade universitária, para a eleição do Reitor.

Encontra-se no exercício do seu mandato, o Reitor Riad Salamuni, que o sucedeu a 27 de abril de 1986.

A Universidade Federal do Paraná é, sem dúvida, a mais antiga universidade brasileira, não apenas pela sua fundação e instalação, como pela continuidade ininterrupta que vem desempenhando suas funções. São 75 anos de tradição e ação.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPR

A Universidade do Paraná, associação civil criada e instalada a 19 de dezembro de 1912, organizada pelos Estatutos aprovados pelo seu Conselho Superior, em 13 de setembro de 1913, não se estruturou em termos de faculdades ou escolas superiores. Ela era una e toda a sua atividade exercia-se por intermédio de cursos.

A administração geral e única da Universidade ficava a cargo de uma Diretoria composta de seis membros, assistida por um Conselho Econômico composto de três membros. Tanto a Diretoria, como o Conselho Econômico, eram eleitos, para mandato de dois anos, por todos os membros do corpo docente da Universidade, reunidos em assembleia eleitoral. Podiam, aliás, ser eleitos tanto lentes catedráticos, como substitutos.

Todavia, a Universidade contava com um Conselho Superior e com as Congregações de cursos. Aquele, era composto pela Diretoria, pelo Conselho Econômico e pelas delegações das várias Congregações da Universidade. Estas delegações eram constituídas por três docentes de cada Congregação sorteados anualmente pela sua respectiva Congregação, na sessão da assembleia geral de 19 de dezembro.

Por sua vez, as Congregações eram integradas por todos os lentes catedráticos e substitutos de cada curso, presididas e secretariadas pelo Diretor e o secretário da Universidade, os quais no entanto possuíam direito de voto apenas na Congregação de que fizessem parte como lentes.

Os Estatutos dispunham que os cursos de Medicina e Cirurgia, Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, formariam uma única Congregação; do mesmo modo, os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. Estes últimos, na verdade, não chegaram a ser criados nesta primeira fase da Universidade do Paraná.

Finalmente, a cúpula da organização universitária era constituída pela Assembléia Geral da Universidade, integrada por todos os membros do corpo docente, e que deveria reunir-se anualmente para votar o orçamento do ano seguinte, aprovar ou não a gestão financeira do ano findo e tirar à sorte os membros do Conselho Superior e de dois em dois anos eleger os membros da Diretoria e do Conselho Econômico.

Na base, a Universidade estruturava-se em cadeiras regidas por lentes catedráticos vitalícios que dispunham em suas faltas e impedimentos de lentes substitutos também vitalícios. A vaga de lente catedrático era preenchida pela promoção do lente substituto, enquanto que a vaga deste último era preenchida por concurso. Em caso de impedimento de ambos, o Diretor poderia interinamente contratar pessoa de competência comprovada.

Reformulados os Estatutos em 1915, eles dispunham que o ensino na Universidade do Paraná compreendia três faculdades, de Direito, de Engenharia e de Medicina.

Na Faculdade de Direito estavam os cursos de Direito e de Comércio, na de Engenharia, os cursos de Engenharia Civil, Agronomia e de Agrônomos Práticos; e na de Medicina, os cursos de Medicina e Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Medicina Veterinária.

A administração geral da Universidade, todavia, continuava a cargo de uma única Diretoria, reduzida a cinco membros, assistida por um Conselho Econômico composto de três membros. Estes, no entanto, deveriam cada um pertencer a uma das três Faculdades da Universidade. Os membros da Diretoria e do Conselho Econômico eram eleitos por dois anos pela Assembléia Geral, integrada por todos os membros do corpo docente, os quais tinham todos igual direito de voto.

Competia ainda ao Diretor da Universidade presidir o Conselho Superior e as Congregações das várias faculdades, e ao secretário, secretariá-los.

O Conselho Superior passava a compor-se da Diretoria, do Conselho Econômico e de cinco representantes, sorteados anualmente, de cada uma das Faculdades.

A Assembléia Geral eleitoral reunia-se anualmente a 19 de dezembro, para aprovar ou não o relatório do ano findo e tirar à sorte os novos membros do Conselho Superior, elegendo também de dois em dois anos a Diretoria e o Conselho Econômico. A competência, porém, de aprovar o orçamento anual da Universidade passava ao Conselho Superior.

Os novos Estatutos criavam ainda a categoria de lentes simplesmente, vitalícios, para a ministração dos trabalhos práticos.

Desmembrada a Universidade, por força da lei Maximiliano, cada Faculdade passou a reger-se por regimentos próprios, incluindo uma direção consti-

tuída por um Diretor e um Secretário, eleitos pela respectiva Congregação. A partir da legislação Francisco Campos passaram a incluir também um Conselho Técnico-Administrativo, constituído por seis professores catedráticos eleitos pela Congregação, com mandato de três anos e renovável anualmente pelo terço.

Restaurada a Universidade do Paraná, respeitada a personalidade jurídica de cada instituto congregado, ela constituía uma fundação, com personalidade jurídica própria, integrando as Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina e Filosofia, Ciências e Letras.

Constituíam órgãos da sua administração, a Reitoria, o Conselho Universitário e a Assembléia Universitária.

A Reitoria era exercida por um Reitor com mandato de dois anos, eleito pelo Conselho Universitário, dentre os professores catedráticos em exercício, dos institutos universitários, devendo ser brasileiro nato.

Ao Reitor, executivo supremo da Universidade, era concedido o direito de veto às resoluções do Conselho Universitário, rejeitado somente pela maioria dos seus membros.

O Conselho Universitário, órgão deliberativo e consultivo da Universidade, era constituído pelo Reitor, seu presidente; pelos diretores dos institutos; por um professor catedrático representante de cada instituto, eleito pela sua Congregação; por um docente-livre, eleito em assembléia geral dos docentes livres de todos os institutos universitários, pelo presidente do Diretório Central dos Alunos e pelo presidente da associação, que fosse criada, dos antigos alunos diplomados pela Universidade.

Entre as suas principais atribuições inscreviam-se aquelas do exercício da jurisdição superior da Universidade, e a eleição do Reitor e Vice-Reitor, da organização do orçamento geral da Universidade, a reforma dos Estatutos, a decisão sobre a agregação ou incorporação à Universidade de novos institutos.

À Assembléia Universitária, constituída pelo conjunto dos professores de todos os institutos, competia, em sessão solene anual, tomar conhecimento, por exposição do Reitor, das principais ocorrências da vida universitária e dos progressos realizados em cada um dos institutos e assistir à entrega de diploma de doutor e de títulos honoríficos. Excepcionalmente, o Reitor poderia convocar sessão extraordinária ou Assembléia Universitária, para tratar de assunto de alta relevância, de interesse para a vida conjunta dos institutos.

Cada instituto universitário seria administrado por um Diretor eleito pela sua Congregação, dentre os professores catedráticos brasileiros natos; pela Congregação e, quando regimentalmente adotados, pelo Conselho Técnico-Administrativo e pelos Conselhos Departamentais.

Vitoriosa a campanha pela federalização, nos termos da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a Universidade do Paraná passa a ser mantida pela União, integrada pela Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas.

Pelo Estatuto de 1952, a Universidade tinha por órgãos da sua administração, a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria.

A Assembléia Universitária, além do corpo docente de todas as escolas e faculdades, passava a incluir representantes de cada instituto universitário complementar. Destinava-se, porém, apenas a conhecer o relatório do Reitor acerca das principais ocorrências da vida universitária e o plano anual das atividades e assistir à entrega de títulos e diplomas honoríficos de doutor e professor.

Por sua vez, o Conselho Universitário, além dos membros previstos nos Estatutos anteriores, era também integrado de Diretores dos institutos técnico-científicos não complementares, eleitos pelo voto secreto da Congregação respectiva. Tinha atribuições de aprovar a proposta orçamentária apresentada pelo Reitor e o orçamento da Universidade, autorizar a abertura de créditos adicionais no orçamento, aprovar a prestação de contas de cada exercício, dos Diretores, e a prestação final de contas da Universidade a ser anualmente enviada pelo Reitor ao Ministério da Educação e Saúde. Competia também ao Conselho Universitário organizar, por votação uninominal, lista tríplice de professores catedráticos efetivos, em exercício, para a nomeação do Reitor pelo Presidente da República, e eleger o Vice-Reitor. Era ainda da sua exclusiva competência a proposta de reforma do Estatuto da Universidade, por votação mínima de 2/3 da totalidade dos seus membros, submetendo-a à aprovação do Poder Executivo. Como órgão deliberativo e consultivo, continuava a exercer a jurisdição superior da Universidade.

Os Diretores dos institutos técnico-científicos não complementares e o Presidente do Diretório Universitário dos Estudantes, todavia, somente participavam de deliberações em assuntos de interesse do órgão ou classe que representavam.

O Reitor, agora com mandato de três anos, tinha entre as suas principais atribuições aquelas de representar a Universidade, em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar as suas atividades, presidir a Assembléia Universitária e o Conselho Universitário, com direito a voto inclusive o de qualidade. Tinha todas as atribuições dos Estatutos anteriores mais aquelas decorrentes da federalização. Perdia unicamente o direito de veto às resoluções do Conselho Universitário.

A administração das escolas e faculdades e sua direção eram exercidos pela Congregação, Conselho Técnico-Administrativo e Diretoria.

A Congregação, órgão superior da direção administrativa, pedagógica e didática, era constituída pelos professores catedráticos em exercício, pelos professores interinos, por um representante dos docentes livres do estabelecimento e pelos professores eméritos.

O Conselho Técnico-Administrativo era composto pelo Diretor da faculdade ou escola, membro nato e seu presidente, e por seis professores catedráticos em exercício, eleitos pela Congregação ou pelos Departamentos criados em cada instituto.

A Diretoria, representada na pessoa do Diretor, nomeado para um período de três anos pelo Presidente da República, dentre lista tríplice de professores catedráticos eleitos, elaborada pela respectiva Congregação, era o órgão executivo de coordenação, fiscalização e superintendência das atividades da unidade universitária.

Os institutos ou serviços técnico-científicos autônomos teriam diretores, designados pelo Reitor. Contudo, a sua escolha deveria recair preferencialmente no titular da cadeira que estivesse diretamente ligada às atividades específicas do referido instituto ou serviço.

O corpo docente das escolas e faculdades estava organizado em cargos sucessivos da carreira do professorado: instrutor, assistente, professor adjunto e professor catedrático. Além dos titulares enquadrados nos diversos postos da carreira, faziam parte do corpo docente os docentes-livres e os professores contratados.

O ingresso nas funções de instrutor fazia-se por proposta do respectivo professor catedrático e por ato do Reitor. Assim também a do assistente, devendo a escolha recair sobre um dos instrutores. Ambos pelo prazo máximo de três anos. A escolha de professor adjunto devia recair sobre um dos assistentes com título de docente livre.

Os professores catedráticos submetiam-se a concurso de títulos e provas e eram nomeados vitaliciamente pelo Presidente da República. Os seus cargos reportavam-se a cátedras específicas no regimento interno da unidade.

A reforma estatutária de 1965 incluía como agregada, entre as suas faculdades e escolas, a Escola de Química fundada em 25 de março de 1924.

A Universidade tinha por órgãos da sua administração central: a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria.

A Assembléia Universitária era constituída do corpo docente de todas as faculdades e escolas e de representantes de cada instituto universitário complementar. Ela, porém, continuava reunindo-se anualmente apenas para conhecer o relatório do Reitor sobre as principais ocorrências da vida universi-

tária e plano anual das respectivas atividades e para assistir à entrega de títulos e diplomas honoríficos de doutor e professor. Excepcionalmente, poderia reunir-se em caráter extraordinário para deliberar sobre assunto de alta relevância de interesse da vida de um ou mais dos institutos de que se constituía a Universidade.

O Conselho Universitário era, por excelência, o órgão deliberativo e consultivo da Universidade, composto pelo Reitor, seu presidente, pelos Diretores das faculdades e escolas integrantes da Universidade, por um representante de cada Congregação desses estabelecimentos, eleito pelo voto secreto da Congregação respectiva, por um representante dos institutos técnico-científicos não complementares, eleito pelos diretores desses institutos, pelo Presidente do Diretório Central de Estudantes e pelo representante dos docentes-livres eleito em assembléia dos mesmos presidida pelo Reitor e, finalmente, pelo último Reitor.

Os representantes dos institutos não complementares e do corpo discente somente poderiam participar de deliberações em assuntos de interesse de órgão ou classe que representavam.

Entre as suas principais atribuições estava a eleição de Vice-Reitor, a aprovação do orçamento, a aprovação das contas dos Diretores e a do próprio Reitor anualmente remetida ao MEC e a reforma dos Estatutos.

O corpo docente das escolas e faculdades era constituído de professores catedráticos nomeados por concurso público de títulos e provas pelo Presidente da República, professores adjuntos, possuidores de títulos de docente-livre, indicados pelo catedrático, aprovados pelo Conselho Técnico-Administrativo e nomeados pelo Reitor, de assistentes, indicados pelo professor catedrático, aprovados pelo Conselho Técnico-Administrativo e nomeados pelo Reitor, e de instrutores de ensino também admitidos pelo mesmo processo.

Na ausência do professor catedrático e de seus substitutos legais, a Reitoria, depois de ouvido o Conselho Técnico-Administrativo da unidade interessada, poderia propor à Presidência da República a nomeação de professor interino. Nas suas faltas e impedimentos até 30 dias, o Diretor poderia convocar o seu substituto legal ou designar professor de cadeira afim.

O regimento de cada unidade discriminava as cadeiras que constituíam a matéria do seu ensino, bem como acerca dos direitos e deveres de cada categoria de professores.

A reforma estatutária de 1962 decorreu da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por ela integravam a Universidade os seguintes estabelecimentos: Faculdade de Direito, Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas.

cas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia, Escola de Química, Escola de Agronomia e Veterinária, Conselho de Pesquisas, Hospital de Clínicas e Colégio Universitário.

Continuavam como órgãos de sua administração, a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria. A Assembléia Universitária incluía agora, além do corpo docente de todos os estabelecimentos da Universidade, de representante de cada instituto universitário complementar, os presidentes dos Diretórios Acadêmicos. A Assembléia, porém, continuava com as suas restritas funções de conhecer o relatório do Reitor, o plano anual de atividades, bem como assistir à entrega de títulos e diplomas honoríficos.

O Conselho Universitário apresentava algumas alterações, passando a incluir o Diretor Executivo do Conselho de Pesquisas e o Diretor Geral do Hospital de Clínicas, dois representantes dos docentes-livres e, além do Presidente do Diretório Central dos Estudantes, por um estudante eleito anualmente, por voto secreto, por todos os estudantes da Universidade, convocados pelo Reitor e sob sua presidência. Só podiam ser votados alunos das duas últimas séries dos estabelecimentos e que não houvessem sofrido qualquer reprovação e não fossem repetentes, assegurado o rodízio entre os estabelecimentos.

Suas atribuições não sofreram alterações significativas.

A Reitoria, representada na pessoa do Reitor, continuava como o órgão executivo supremo de coordenação, fiscalização e superintendência de todas as atividades universitárias.

O mandato do Reitor e do Vice-Reitor era de três anos. Porém, este último passava a ser eleito pelo Conselho Universitário dentre os professores catedráticos que o integravam. Cessava justamente o seu mandato quando deixava de pertencer ao Conselho.

A administração das escolas e faculdades era exercida pela Congregação, Conselho Técnico-Administrativo e Diretoria, podendo haver Conselhos Departamentais, constituídos na forma dos regimentos.

A Congregação, órgão superior da direção administrativa, pedagógica e didática, passava a incluir na sua composição três estudantes matriculados nas duas últimas séries dos cursos do estabelecimento, que não houvessem sofrido qualquer reprovação e não fossem repetentes, eleitos por todos os alunos da faculdade ou escola e com mandato anual.

O Conselho Técnico Administrativo, órgão deliberativo, era constituído pelo Diretor, membro nato e seu presidente, por seis professores catedráticos em exercício eleitos pela Congregação ou pelos Departamentos que fossem criados no estabelecimento, por representante dos docentes-livres e pelo presidente do Diretório Acadêmico.

A Diretoria, representada na pessoa do Diretor, continuava como o órgão executivo de coordenação, fiscalização e superintendência das atividades da unidade.

A administração dos institutos e serviços técnico-científicos não sofria alterações.

A organização funcional do pessoal docente também não apresentava maiores mudanças, exceto quanto às suas designações. Agora, eram professores catedráticos, professores de ensino superior, assistentes de ensino superior e instrutores de ensino superior, além de docentes-livres, professores interinos e professores contratados.

Os professores de ensino superior eram indicados pelo Conselho Técnico-Administrativo entre os assistentes que possuíssem o título de docente-livre e nomeados pelo Reitor, exigindo-se concurso de títulos. Os assistentes de ensino superior eram nomeados, admitidos ou contratados pelo Reitor, por indicação do professor catedrático aprovada pelo Conselho Técnico-Administrativo, devendo a escolha recair sobre um dos instrutores de ensino superior, devendo ser observada a preferência pelo docente-livre. O instrutor era nomeado, admitido ou contratado pelo Reitor, por indicação do professor catedrático entre graduados em curso superior, aprovada pelo Conselho Técnico-Administrativo, após exame de habilitação.

Em decorrência da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior, a Universidade Federal do Paraná teve novos Estatutos, aprovados pelo Decreto nº 66.615/70.

Pelos Estatutos de 1970, extintas as cátedras, a estrutura da Universidade baseava-se em departamentos reunidos em unidades administrativas, denominadas Institutos ou Faculdades. O Departamento, assim, passava a constituir a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal.

Os Institutos que concentravam o ensino e a pesquisa básicos e formavam um sistema comum para toda a Universidade, eram: Instituto de Matemática, Instituto de Física, Instituto de Geo-Ciências, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas e Instituto de Letras e Artes.

As Faculdades, que ministravam o ensino, formação profissional e pesquisa aplicada, eram: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Educação, Faculdade de Engenharia Química, Faculdade de Economia e Administração, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Agronomia, Faculdade de Veterinária e Faculdade de Florestas.

Como exceções, a Faculdade de Engenharia Química ministraria ensino básico, pesquisa e formação profissional e era mantido o antigo Instituto de Bioquímica.

A Universidade compreendia ainda órgãos suplementares, com organização definida em regimentos próprios, quais sejam: Biblioteca Central e Centro de Bibliografia e Documentação, Hospitais Universitários, Imprensa Universitária, Rádio e Televisão, Centro de Computação Eletrônica, Centros de Estudos e Pesquisas, Centros de Tecnologia e Estações Experimentais, Museus de Ciências e Artes, Centro de Desportos e Recreação, Centro de Recursos Audio-Visuais e Orquestra e Coral.

Os órgãos suplementares poderiam vincular-se diretamente à Reitoria ou a qualquer das unidades da Universidade, ouvido o Conselho de Ensino e Pesquisa.

A administração superior da Universidade passava a ser exercida pela Assembléia Universitária, Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho de Curadores e Reitoria.

A Assembléia Universitária era composta do corpo docente de todas as unidades universitárias, de um representante de cada um dos órgãos suplementares, de um representante do pessoal administrativo de cada unidade universitária ou órgão suplementar e da representação estudantil no Conselho Universitário.

Mantinha-se a sua competência anterior de, anualmente, em sessão solene conhecer, por exposição do Reitor, as principais ocorrências da vida universitária e do plano anual das respectivas atividades, bem como assistir à entrega de títulos e diplomas honoríficos de doutor e professor. Apenas, excepcionalmente, poderia reunir-se em caráter extraordinário por convocação do Reitor, do Conselho Universitário ou solicitação da Congregação de uma das Unidades Universitárias, aprovada por 2/3 dos seus membros em exercício, a fim de deliberar sobre assunto de alta relevância do interesse da vida de uma ou mais unidades.

O Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo e consultivo, passava a constituir-se do Reitor, seu presidente, do Vice-Reitor, dos Diretores das unidades universitárias, de representante eleito de cada classe do pessoal docente, de dois representantes da comunidade, escolhidos pelo próprio Conselho Universitário, com mandato anual, entre pessoas que figurassem em lista tríplice elaborada pelas entidades credenciadas pelo Conselho, do Reitor que houvesse exercido a Reitoria durante a última gestão e de dois representantes do corpo discente, eleitos por votação direta dos alunos matriculados.

Entre as principais competências do Conselho, além da fixação da política geral universitária, figuravam aprovar a proposta orçamentária e o orçamen-

to da Universidade, apreciar as prestações de contas do Reitor e dos Diretores das unidades universitárias, após parecer do Conselho de Curadores, organizar as listas sêxtuplas para nomeação do Reitor e Vice-Reitor, aprovar o plano anual de trabalhos da Universidade, elaborar e modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade.

Eram instituídas, como órgãos auxiliares do Conselho Universitário, eleitas anualmente por ele, as Comissões Permanentes de Planejamento e de Assuntos Estudantis.

O novo Estatuto introduzia o Conselho de Ensino e Pesquisas, órgão deliberativo da administração superior da Universidade, composto de um representante de cada uma das unidades universitárias, eleito pelo respectivo corpo docente, com mandato de dois anos, de dois estudantes escolhidos em eleição direta, de dois representantes da comunidade, escolhidos pelo Conselho Universitário, com mandato anual, entre pessoas que figurassem nas listas tríplexes, elaboradas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Universitário e de um representante de cada Centro Regional de Pós-Graduação.

Competia ao Conselho de Ensino e Pesquisa, além de eleger seu presidente e vice-presidente, superintender e coordenar, com poder deliberativo, as atividades universitárias de ensino e pesquisas, fixar normas complementares sobre concurso de habilitação, currículos e programas, matrícula, transferência, verificação do rendimento escolar, aproveitamento de estudos, regime de pesquisas e de extensão, aprovar os programas anuais de trabalho dos departamentos, os planos de novos cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização e aperfeiçoamento, os projetos de pesquisa, os planos de cursos ou serviços de extensão, propor e aprovar a distribuição pelas várias unidades universitárias do pessoal docente e para admissão de monitores e decidir sobre a contratação de pessoal docente e sobre a admissão de professor ou auxiliar de ensino em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

O novo Conselho de Curadores destinava-se ao exercício da fiscalização econômico-financeira da Universidade. Era constituído por cinco professores titulares, com garantia de estabilidade, eleitos pelo Conselho Universitário, vedada a escolha de professores que pertencessem a este órgão, de um representante do corpo discente, eleito por votação direta dos alunos, com mandato de um ano, de um representante do Ministério da Educação e Cultura, indicado pelo respectivo titular, mediante solicitação do Reitor e de um representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Universitário.

Além da eleição do seu presidente e vice-presidente, competia ao Conselho de Curadores examinar, a qualquer tempo, a contabilidade e documentação respectiva da Universidade, exarar parecer sobre a prestação de contas do Reitor, opinar sobre a aceitação de doações e legados que criassem encargos

financeiros para a Universidade e apreciar quaisquer outros assuntos relativos à fiscalização econômico-financeira.

A Reitoria permanecia como órgão superior executivo da Universidade, sendo que o Reitor e o Vice-Reitor seriam nomeados pelo Presidente da República, mediante lista de seis nomes, organizada pelo Conselho Universitário em reunião conjunta com o Conselho de Ensino e Pesquisas, por votação uninominal.

Suas atribuições continuavam amplas na área de coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias.

Grandes modificações realizavam-se também na administração das unidades. Os órgãos de direção passavam a ser a Congregação, o Conselho Departamental e a Diretoria.

A Congregação constituía-se agora dos ocupantes do cargo de professor titular, por dois representantes eleitos do corpo docente, por dois representantes de cada categoria do pessoal, que não a de professor titular, e pelos professores eméritos. Os representantes do corpo docente não podiam votar em matéria referente a concurso para magistério, nem tão pouco os representantes docentes poderiam votar em matéria de concurso relativo às classes de nível igual ou superior à sua na carreira docente.

As atribuições da Congregação, de modo geral, porém permaneciam as mesmas do Estatuto anterior, exceto a eleição dos membros do Conselho Técnico-Administrativo.

As funções do Conselho Técnico-Administrativo eram assumidas pelo Conselho Departamental constituído pelo Diretor da unidade, seu presidente, pelos Chefes de Departamentos, por dois representantes eleitos do corpo docente e pelo diretor de órgão suplementar vinculado à unidade. A este Conselho competia, sobretudo, promover a articulação das atividades dos Departamentos e a compatibilização dos respectivos planos de trabalho.

As cátedras haviam sido extintas e o Departamento compunha-se de professores e auxiliares de ensino com responsabilidade docente nas disciplinas nele congregadas. A chefia do Departamento caberia a ocupante do cargo de professor titular, em exercício, eleito pelos professores dele integrantes, havendo também representação do corpo docente.

O Departamento, como uma fração universitária, passava a ter certa autonomia, podendo elaborar seus planos de trabalho, distribuindo entre seus membros os encargos de ensino, pesquisa e extensão. Podia elaborar sua proposta orçamentária e supervisionar a aplicação dos recursos atribuídos em orçamento ou que lhe tivessem sido destinados a qualquer título. Era da sua competência propor a admissão, relotação ou afastamento dos professores e demais servidores, bem como o regime de trabalho a ser observado. Ao

Departamento competia elaborar os planos de ensino das disciplinas a ele pertinentes, ministrando o seu ensino, atendidas as diretrizes fixadas pelo Colegiado de Curso. Aliás, elegia seus representantes nos Colegiados de Cursos. Finalmente, elaborava as listas de professores das quais seriam escolhidos os integrantes das Comissões Julgadoras de Concursos para cargos de magistério.

Inovação do Estatuto era representada pela criação dos Colegiados de Cursos, com atribuições didáticas de orientação, coordenação e fiscalização das atividades do curso.

A implantação das reformas introduzidas pelo Estatuto de 1970, não chegou a ter efeitos dada a reforma de 1973, consolidada no Estatuto aprovado em novembro de 1974, que instituiu a Universidade como autarquia de regime especial.

A Universidade, com as unidades universitárias definidas como órgãos simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos, passou a compreender setores do sistema comum e da pesquisa básica que se reuniam em Departamentos. Assim, o Setor de Ciências Exatas, com os Departamentos de Matemática, Desenho, Informática, Química e Física; o Setor de Ciências Biológicas, com os Departamentos de Ciências Morfológicas, Ciências Fisiológicas, Patologia Básica, Botânica, Zoologia, Bioquímica e Genética; o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, com os Departamentos de Comunicação e Ciências Sociais, História, Psicologia e Antropologia, Filosofia, Letras Estrangeiras Modernas e Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas.

A Universidade compreendia ainda setores de ensino profissional e pesquisa aplicada que se reuniam em Departamentos. Assim, o Setor de Educação, com os Departamentos de Método e Técnicas da Educação, Planejamento e Administração Escolar, Teoria e Fundamentos da Educação e Biblioteconomia; o Setor de Ciências Sociais Aplicadas, coordenando os Departamentos de Administração Geral e Aplicada, Ciências Econômicas, Contabilidade, Direito Público, Direito Privado, Direito Penal e Processual Penal e Direito Civil e Processual Civil; o Setor de Ciências da Saúde, com os Departamentos de Patologia Médica, Clínica Médica, Cirurgia, Tocoginecologia, Pediatria, Saúde Comunitária, Medicina Forense e Psiquiatria, Estomatologia e Odontologia Restauradora; Setor de Tecnologia, com os Departamentos de Construção Civil, Hidráulica e Saneamento, Transportes, Mecânica, Eletricidade, Arquitetura, Geociências, Tecnologia Farmacêutica e Tecnologia Química e, finalmente, o Setor de Ciências Agrárias, com os Departamentos de Medicina Veterinária, Zootecnia, Fitotecnia e Fitossanitarismo, Silvicultura e Manejo, Economia Rural e Extensão e Engenharia e Tecnologia Rurais.

A Universidade contava, como Órgãos Suplementares, com a Biblioteca Central, Hospital de Clínicas, Imprensa Universitária, Centro de Computação

Eletrônica, Centro de Estações Experimentais, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Recursos Audio-Visuais e Orquestra e Coral Universitários. Eram órgãos diretamente vinculados à Reitoria, competindo ao Reitor a designação de seus Diretores.

A administração superior da Universidade passava a ser exercida pelos Conselhos de Administração, de Ensino e Pesquisa, e Universitário, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e pela Reitoria como órgão executivo central.

O novo Conselho de Administração, órgão superior deliberativo, normativo e consultivo em matéria de administração e de gestão econômico-financeira estava integrado pelo Reitor, seu Presidente, Vice-Reitor, Diretores de Setores, de um representante de cada classe de docentes, dois representantes da comunidade, pelo último Reitor e por dois discentes eleitos, com mandato anual.

A este Conselho competia aprovar os quadros do pessoal docente, técnico e administrativo, aprovar a proposta orçamentária global, o orçamento da Universidade e a prestação de contas do Reitor, entre outras atribuições.

O Conselho de Ensino e Pesquisa prosseguia com a sua competência relativa aos problemas específicos do ensino e da pesquisa.

O Conselho Universitário, resultante da reunião do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino e Pesquisa, era o órgão máximo deliberativo para traçar a política universitária, funcionando como instância de recursos. Da sua competência era a aprovação do Estatuto e Regimento Geral da Universidade e suas modificações, organizar as listas sextuplas para Reitor e Vice-Reitor, julgar os recursos interpostos das decisões de Reitor, bem como das deliberações do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino e Pesquisa, criar, transformar e suprimir cursos de graduação e pós-graduação, entre outras.

Mantinha-se o Conselho de Curadores, órgão destinado a exercer a fiscalização econômico-financeira da Universidade, com sua competência e composição anteriores.

A Reitoria, como órgão executivo superior da Universidade, voltava a ter o poder de veto às deliberações ou atos de quaisquer órgãos colegiados da Universidade, submetido o veto ao Conselho Universitário.

O Vice-Reitor passava a ter atribuições permanentes no âmbito da administração superior da Universidade, definidas pelo Reitor, além de atribuições delegadas.

A Reitoria contaria ainda com quatro Pró-Reitores, desempenhando atividades da administração universitária, mediante delegação de poderes do Reitor. Eram os Pró-Reitores de Administração, Ensino e Pesquisa, Assuntos

Comunitários e Órgãos Suplementares. Os serviços da Reitoria compreendiam ainda as funções de Coordenador da Assessoria de Planejamento, Consultor Jurídico, Coordenador Central de Pós-Graduação e, Prefeitos dos "Campi Universitários".

Extinguia-se, no âmbito da administração superior da Universidade, a Assembléia Universitária.

Os órgãos de direção dos Setores, eram constituídos pelo Conselho Setorial e pela Diretoria. Desta maneira, extinguiu-se também a Congregação.

O Conselho Setorial, órgão deliberativo e consultivo das unidades universitárias, era integrado pelo Diretor, seu Presidente, pelo Vice-Diretor, pelos Chefes de Departamentos e por representantes do corpo discente escolhido por eleição. Tinha como uma das principais atribuições, eleger o representante do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa.

A Diretoria, órgão executivo, guardava as funções de coordenação, fiscalização e superintendência do Setor.

Os Departamentos passavam a exigir número de docentes não inferior a 15 (quinze) e a depender da disponibilidade de instalações e equipamentos. Deviam constituir agrupamentos de disciplinas afins, abrangendo áreas significativas do conhecimento. De modo geral, guardavam suas atribuições.

A coordenação didática de cada curso ficava a cargo de um Colegiado de Curso composto por um Coordenador e um Vice-Coordenador e por um docente de cada Departamento que participasse do respectivo ensino, além de um representante do corpo discente. A elaboração da lista tríplice para nomeação do Coordenador e Vice-Coordenador, pelo Reitor, era elaborada pelo Conselho Setorial.

O mais recente Estatuto da Universidade Federal do Paraná, aprovado em 1983, trouxe algumas inovações. Criou o Setor de Ciências Jurídicas, pela separação dos Departamentos de Direito do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, bem como incluiu o Departamento de Educação Física no Setor de Ciências Biológicas, o Departamento de Artes no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, os Departamentos de Enfermagem e Nutrição no Setor de Ciências da Saúde e o de Geologia no Setor de Tecnologia. Criou, entre os Órgãos Suplementares, o Centro de Biologia Marinha.

Não houve modificações em relação aos órgãos normativos, deliberativos e consultivos da administração superior e da administração setorial, exceto que a representação discente passou a ser exercida por alunos indicados pelo Diretório Central dos Estudantes e pelos Diretórios Acadêmicos, sendo permitida uma recondução.

A Reitoria passava a contar com seis Pró-Reitores: de Administração, de Ensino e Pesquisa, de Pós-Graduação, de Planejamento, de Assuntos Comunitários e de Órgãos Suplementares.

De qualquer modo, não houve transformações de importância na estrutura organizacional da Universidade.

Recentemente, pequenas alterações têm sido realizadas nos âmbitos setoriais, haja vista, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, a separação dos Departamentos de Antropologia e Psicologia, e de Ciências Sociais, e de Comunicação Social e Turismo.

Blank Page

RECURSOS MATERIAIS

A fonte primeira de recursos para a Universidade que se instalava a 19 de dezembro de 1912, foi o numerário oriundo do pagamento dos diplomas de lentes catedráticos e substitutos. A seguir, aquele do pagamento das inscrições aos exames de admissão aos cursos e matrículas efetivadas.

Certamente, os fundadores da Universidade do Paraná eram personalidades de prestígio na sociedade curitibana e, pois, merecedores de crédito para o aluguel da casa à rua Comendador Araújo e para a instalação de salas de aula e gabinetes necessários para o início das aulas.

Logo, pela Lei nº 1.284, de 27 de março de 1913, o Congresso Legislativo do Estado do Paraná autorizava o Governo Estadual a contribuir para a constituição do patrimônio da Universidade com a quantia que julgasse conveniente, reconhecendo-a oficialmente.

Pelo Decreto nº 389, de 23 de maio de 1913, o Governo do Estado abria um crédito especial, na importância de 80:000\$000 (oitenta contos de réis) para a constituição do patrimônio da Universidade. Tal quantia devia ser paga em duas parcelas, uma de 30:000\$000 (trinta contos de réis) e outra de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), ambas no próprio exercício de 1913.

Com parte destes recursos, a Universidade adquiriu por 29:000\$000 (vinte e nove contos de réis) um terreno à rua Carlos de Carvalho para a construção de sua sede própria.

Todavia, entendimentos com vistas à execução de um projeto mais amplo, levaram à uma proposta de permuta desse terreno, com a Municipalidade de Curitiba, por outro sito à praça Santos Andrade.

A Lei nº 399, de 17 de novembro de 1913, concedia, a título gratuito, para patrimônio da Universidade do Paraná, o terreno situado à praça Santos Andrade, entre as ruas Quinze de Novembro, Garibaldi e pelos prolongamentos

da rua João Negrão e travessa Marumby, com a finalidade de nele ser construído o prédio da Universidade.

A mesma lei municipal autorizava a Prefeitura a restituir à Universidade o terreno da rua Carlos de Carvalho, oferecido em permuta, independente de quaisquer emolumentos.

De posse do terreno, teve início a construção do prédio projetado por um dos lentes catedráticos do curso de Engenharia, Baeta de Faria, pela firma do construtor Bortolo Bergonse. Ainda em construção, em março de 1914, a Universidade já ministrava aulas no novo prédio.

O ônus da construção pesava bastante sobre a Universidade, trazendo-lhe dificuldades financeiras.

O Estado do Paraná vem novamente em seu auxílio, concedendo-lhe pela Lei nº 1.367, de 6 de março de 1914, a subvenção anual de 36:000\$000 (trinta e seis contos de réis), pagos em prestações semestrais. Em troca, a Universidade ficava obrigada a matricular até 10 (dez) alunos, gratuitamente, nos seus diferentes cursos. O Governo do Estado ficava ainda com o direito de fiscalização sobre a Universidade quanto ao regular funcionamento dos cursos.

Em 1918, face a nova legislação do ensino superior, desdobrou-se a Universidade em três Faculdades, apenas com autonomia didática, permanecendo uma só direção administrativa. Novas exigências levaram, em 1920, à separação completa das Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, ficando cada uma com a sua administração e seu patrimônio independentes.

Conforme a partilha feita na ocasião, segundo balanço encerrado em 30 de abril de 1920, cada uma das Faculdades partia com o patrimônio de 350:776\$556 (trezentos e cinquenta contos, setecentos e setenta e seis mil réis, quinhentos e cinquenta e seis réis), constituído, principalmente, pela parte ideal que possuíam no edifício da Universidade que, todavia, restava inacabado.

Aliás, no ano de 1922, a Faculdade de Medicina recebia auxílio da colônia alemã radicada em Curitiba para completar a fachada da Universidade. Permaneceria por 18 anos o problema da construção das alas laterais.

A Faculdade de Medicina criara e mantinha, desde 1913, sob os auspícios da Associação de Damas de Assistência à Maternidade, a Maternidade Vitor do Amaral. Graças aos esforços dessa Associação, foi construído prédio próprio para a Maternidade, inaugurado em 3 de maio de 1930.

Com dificuldades, a Faculdade de Medicina pode construir, a partir de 1937, a ala da travessa Alfredo Bufrem, inaugurada a 19 de dezembro de 1940, ampliando consideravelmente suas instalações. Por sua vez, somente em 1945 a Faculdade de Engenharia pode iniciar a construção da ala da rua Quinze de Novembro.

Em 1943, a Faculdade de Medicina recebeu a doação do Colégio Progresso, feita pelo seu proprietário Professor Fernando Moreira. Ante a desapropriação do prédio desse colégio, à rua General Carneiro, a Faculdade de Medicina construiu nova sede para o mesmo à rua Coronel Dulcídio. No ano seguinte, a Faculdade de Medicina recebia também a doação, do Professor Eurípedes Garcez do Nascimento, do prédio situado à rua Ebanó Pereira, para futuras instalações de uma Policlínica.

Em 1946, realizavam-se os “inovidáveis anhelos de restaurar a Universidade do Paraná”. Encontrando-se no Governo do Estado um dos seus professores, Brasil Pinheiro Machado, considerando que aos poderes públicos incumbia auxiliar diretamente os esforços da iniciativa privada no campo do ensino, a fim de que pudesse cumprir suas nobres finalidades, e considerando o interesse em conceder à Universidade do Paraná que se reconstituía, uma dotação que fosse o núcleo de um “fundo universitário”, para ser empregado exclusivamente em proveito de suas obras, instalações, serviços assistenciais e objetivos didáticos, baixou o Decreto-lei nº 457, de 2 de maio de 1946, autorizando ao Governo do Estado a conceder à Universidade do Paraná, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a constituição do referido fundo.

O Decreto-lei estabelecia que o auxílio devia ser convertido, pela Reitoria, em títulos da dívida consolidada do Estado do Paraná, cuja renda seria aplicada nos serviços, instalações e utilidades a seu cargo, obedecidas as normas da autonomia administrativa e financeira da Universidade.

Excepcionalmente, o Conselho Universitário poderia autorizar total ou parcialmente o emprego desse auxílio em obras de ampliação da Universidade.

O Governo de Brasil Pinheiro Machado deu ainda outro substancial auxílio à Universidade, pelo Decreto-lei nº 501, de 21 de agosto de 1946. Por ele era concedida uma subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), paga em duodécimos mensais, revogadas as subvenções parciais em favor das Faculdades que passavam a integrá-la.

A atuação firme de professores da Universidade restaurada, completava-se pelo Decreto-lei nº 134, do Prefeito Municipal de Curitiba, Professor Algacyr Mäder, que autorizava a Prefeitura a doar à Universidade do Paraná, um terreno com área de 500.000 (quinhentos mil) metros quadrados, no bairro do Cajuru, a ser utilizado para futuras instalações da Universidade.

A federalização da Universidade no final de 1950, entre outras questões, colocou aquela da definição de suas bases físicas com vistas ao seu ulterior crescimento. Aliás, desde 1935 era cogitada a idéia da construção de uma cidade universitária fora do centro de Curitiba. A doação do terreno do Cajuru em parte atenderia a estas aspirações.

Todavia, discutido desde 1951, um programa de obras “cautelosamente estudado” e que afastava a idéia da construção imediata de uma cidade universitária, era apresentado em 1954 pelo Reitor Flávio Suplicy de Lacerda ao Conselho Universitário e por este aprovado para cumprimento da Reitoria.

Inicialmente, seria concluída a construção inacabada do edifício central e realizada a sua reforma, modernizando-se inteiramente a parte antiga e duplicando a área construída. Nele, permaneceriam instaladas a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina. Foi reinaugurado em 1955.

A seguir, seria construído o conjunto da Reitoria e Auditório, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que não possuíam sedes, sobre terreno de uma quadra entre as ruas Quinze de Novembro, Amintas de Barros, General Carneiro e Doutor Faivre, com área aproximada de 6.700 m². A aquisição desse terreno, também bastante controvertida, foi decidida pelo Conselho Universitário em junho de 1952, mediante o pagamento de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). A primeira parte do conjunto, o bloco da Faculdade de Ciências Econômicas foi inaugurado em 1956, e a última, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1958. Nas suas vizinhanças, foi construído em terreno adquirido pela Universidade, em 1960, o anexo à Reitoria que abrigaria Casa da Estudante Universitária, Restaurante Universitário e outros.

Anteriormente à federalização, a Faculdade de Medicina, mediante Convênio, obtivera do Governo do Estado do Paraná a construção de um hospital para ensino das clínicas do ensino médico, à rua General Carneiro. A obra foi iniciada em 1949, porém por ocasião da federalização apresentava unicamente as estruturas do bloco central em vias de conclusão. No final de 1952, o Conselho Universitário aprovou a realização de entendimentos da Reitoria com o Governo do Estado, objetivando a transferência para a Universidade, do terreno e das obras já efetivadas do Hospital de Clínicas. A Lei Estadual nº 1.212, de 18 de setembro de 1953, autorizava o Poder Executivo a realizar essa transferência.

A Reitoria da Universidade procedeu completa revisão do projeto inicial visando melhor adaptação da obra aos fins a que se destinava. O projeto definitivo compreendeu um edifício central, com 15 (quinze) andares e 5 (cinco) edifícios anexos, para Maternidade, Ambulatório, Salas de Aulas, Alojamentos, etc. Após oito anos de construção, o Hospital de Clínicas foi inaugurado em 1960, com a capacidade total de 890 leitos. Terrenos adjacentes foram adquiridos pela Universidade ou desapropriados pelo Estado e pela União, a fim de serem assegurados a aeração, a iluminação, a circulação externa e o acesso ao Hospital. Em parte desses terrenos, foi projetada e mais tarde

construída a sede da Faculdade de Medicina, hoje Setor de Ciências da Saúde.

Nos terrenos do Cajuru, a Reitoria construiu um Centro Politécnico para abrigar todo o ensino técnico de engenharia, bem como para a formação de engenheiros mecânicos com vistas ao plano da “Educação para o desenvolvimento”, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República. No Centro Politécnico foram também localizadas as instalações definitivas da Escola de Química.

A gigantesca obra compreendia, de início, 12 edifícios de ensino, além do edifício central e daqueles complementares destinados a laboratórios e usinas.

Edificando em ritmo acelerado, a partir de 1958, já em 1961 o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda inaugurava suas primeiras instalações.

Contíguo à primitiva área do Centro Politécnico estava o terreno destinado à 5ª Região Militar para a construção da Escola e Quartel do CPOR de Curitiba. Entendimentos realizados já na década de 1970 e concluídos na gestão do Reitor Theodócio Jorge Atherino, permitiram sua transferência para a Universidade Federal do Paraná que nele construiu e instalou o Setor de Ciências Biológicas.

Quando da incorporação da Escola Superior de Química à Universidade, ela trouxe como patrimônio a sede própria construída pelo Governo do Estado do Paraná, em 1952, para o Instituto de Química do Paraná, no bairro do Juvevê, em área de terreno de 5.463,00 m². Em parte desse terreno, foi edificada e inaugurada, em 1960, a Imprensa Universitária.

Por sua vez, quando da sua integração à Universidade do Paraná, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária trazia consigo a propriedade do Bacacheri, com área de 155.292,00 m² que lhe fora cedida, em 1931, pelo Governo do Estado, bem como a grande área da fazenda experimental do Canguiri, alcançando 4.419.353,00 m² e que foi resultante das doações do Governo do Estado, realizadas em 1939 e em 1951.

Em 1967, a Escola de Florestas recebia doação feita pelo Ministério da Agricultura, do Posto Agropecuário do Rio Negro, com 115 hectares, para estação experimental e laboratórios de pesquisa florestal.

Mais recentemente, a Prefeitura Municipal de Paranaguá, em 1980, doou à Universidade o terreno necessário para a instalação, em Pontal do Sul, do Centro de Biologia Marinha.

Em 1974, a Universidade Federal do Paraná, dada a impossibilidade de um *campus* único pelos investimentos elevados que isto exigiria, definiu-se pela sua concentração em três *campi*: o Campus Centro, reunindo o Setor de Ciências da Saúde, o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, o Setor de Educação e o Setor de Ciências Sociais Aplicadas; o Campus Jardim das Amé-

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
IMÓVEIS E EDIFICAÇÕES EM 1983

Imóveis	Área Terreno m ²	Área construída m ²
Prédio Central - Praça Santos Andrade	4.980,00	15.343,10
Conjunto Reitoria, SCHLA e SCSA	7.359,50	28.010,68
Conjunto CEU	1.460,00	5.460,00
Hospital de Clínicas e Ciências da Saúde	24.469,00	52.012,23
Setor de Ciências da Saúde – Rua Cel. Dulcídio	3.560,00	3.194,15
Hospital Vitor do Amaral	4.439,47	2.894,32
Policlínica Garcez do Nascimento	597,98	1.997,13
Núcleo Profilático Prof. Pereira Filho	497,05	287,24
SUBTOTAL	47.363,00	109.198,85
Setor de Ciências Agrárias – Bacacheri	155.292,00	20.477,00
Setor de Ciências Agrárias – Juvevê	5.463,40	3.812,35
SUBTOTAL	160.755,40	24.289,35
Centro Politécnico Prof. Flávio Suplicy de Lacerda	1.092.600,00	97.220,00
Terrenos Vila Iná – Santa Quitéria	1.100,00	–
Fazenda Experimental do Canguiri	4.419.352,75	14.795,88
Fazenda Experimental do Rio Negro	1.218.958,00	–
Fazenda Experimental de São João Triunfo	194.600,00	–
Centro de Biologia Marinha	15.325,00	3.398,00
TOTAL	7.150.054,15	248.901,08

FONTE: Relatório das Atividades – UFPR/PROPLAN – 1983.

ricas (hoje denominado Centro Politécnico Professor Flávio Suplicy de Lacerda), reunindo o Setor de Tecnologia, o Setor de Ciências Exatas, o Setor de Ciências Biológicas e o Centro de Desportos e Recreação; e o Campus Bacacheri, com o Setor de Ciências Agrárias.

Após essa definição, foi constituída no Centro Politécnico Professor Flávio Suplicy de Lacerda, a nova sede do Setor de Ciências Biológicas. Foi construído ainda, no Pontal do Sul, o Centro de Biologia Marinha.

Chegou a ser projetada e aprovada, em 1978, a nova sede do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, em terreno do Capanema cuja permuta estava em negociações com o IAPAS.

A escassez de recursos, todavia, não possibilitou novas construções e, pois, a ampliação das dependências da Universidade. Esta se contém nas instalações indicadas.

Blank Page

CORPO DOCENTE DA UFPR

Disse Nilo Cairo que a Universidade era possível em Curitiba porque à Capital paranaense na conjuntura do início do século fora grande a ocorrência de profissionais liberais que nela se fixaram.

O corpo docente que tomou posse a 19 de dezembro de 1912, era constituído por 48,2% de professores nascidos no Paraná, 42,6% de professores nascidos fora do Estado e 9,2% de naturalidade desconhecida.

Curitiba era o centro cultural do Estado e participava com 26,2% do corpo docente da Universidade. Aliás, as cidades tradicionais, como Paranaguá, Lapa, Antonina, Campo Largo, e outras, aparecem com maior frequência.

Os paranaenses eram mais numerosos na Faculdade de Direito, 56,5%, com 45% na Faculdade de Medicina e 44,4% na Faculdade de Engenharia.

Os Estados vizinhos, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tiveram participação significativa no primeiro corpo docente da Universidade, com 18,0%. Porém, os Estados do Nordeste, incluindo-se a Bahia, também estão presentes com 21,3% dos professores fundadores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NATURALIDADE DOS PROFESSORES FUNDADORES

	Direito	Engenharia	Medicina	Total
PARANÁ				
Curitiba	6	4	6	16
Antonina	1	1	–	2
Campo Largo	2	–	–	2
Castro	–	1	–	1
Guarapuava	2	–	–	2
Lapa	1	–	1	2
Morretes	–	–	1	1
Paranaguá	1	2	1	4
TOTAL	13	8	9	30
OUTROS ESTADOS				
Alagoas	1	1	–	2
Bahia	1	1	2	4
Ceará	1	–	1	2
Minas Gerais	–	1	–	1
Paraíba	1	–	–	1
Pernambuco	3	–	–	3
Rio de Janeiro	–	1	1	2
Rio Grande do Sul	–	–	3	3
Santa Catarina	–	1	1	2
São Paulo	1	3	2	6
SUBTOTAL	8	8	10	26
DESCONHECIDA	2	2	1	5
TOTAL	23	18	20	61

FONTE: Livros de Registro de Professores.

Quando a Universidade do Paraná foi restaurada, em 1946, para os cursos que ministrava possuía um corpo docente constituído de 125 professores, dos quais 76,8% eram naturais do Estado do Paraná. A maioria deles estava concentrada na Faculdade de Medicina, 42,4%, seguida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta, justamente, possuía a maior porcentagem de docentes nascidos fora do Paraná, inclusive no Exterior, dada a época recente da instalação dos seus cursos em Curitiba, ou seja, 26,3%. As Faculdades tradicionais, Direito, Engenharia, Medicina, já haviam diplomado um grande número de paranaenses.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1946**

Faculdades	NATURALIDADE		Total
	Paraná	Fora do Paraná	
Direito	12	4	16
Engenharia	14	4	18
Medicina	42	11	53
Filosofia	28	10	38
TOTAL	96	29	125

FONTE: Anuário da UFPR, 1946/1947.

Com a federalização, em 1950, embora acrescida as suas atividades com apenas mais um curso, o corpo docente cresceu em 71,2%, agora com 214 professores. A Faculdade de Medicina, com os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, continuava como a unidade com o maior número de docentes, ou seja, 38,8%, seguida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com 28,0%.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1950

Faculdades	Catedráticos	Docentes Livres	Contratados	Total
Direito	14	5	4	23
Engenharia	15	5	4	24
Medicina	40	43	—	83
Filosofia	36	2	22	60
Ciências Econômicas	12	—	12	24
TOTAL	117	55	42	214

FONTE: Anuário da UFPR, 1950.

Dos professores da Universidade, 54,7% eram catedráticos. Muitos deles, sobretudo da Faculdade de Medicina, de Direito e de Engenharia, eram concursados por títulos e provas. Outros, porém, era o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, eram catedráticos de primeiro provimento ou fundadores das respectivas cátedras como o permitia a legislação vigente. A maioria destes últimos era portadora unicamente de diplomas de cursos de graduação.

Os docentes livres, portanto aqueles com concursos de títulos e provas, portadores também do título de doutor, constituíam 25,7% dos professores da Universidade. Estavam praticamente concentrados na Faculdade de Medicina que, mesmo estabelecimento privado, mantivera a prática salutar dos concursos.

Havia um grande número de professores contratados, 19,2%, participando sobretudo das novas Faculdades.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1954

Faculdades	Catedráticos	Docentes Livres	Assistentes	Instrutores	Contratados	Total
Direito	20	6	—	—	—	26
Engenharia	23	5	18	8	—	54
Medicina	45	38	49	19	—	151
Filosofia	31	7	—	19	11	68
Ciências Econômicas	20	1	—	2	2	25
Química	16	1	18	8	—	43
TOTAL	155	58	85	56	13	367

FONTE: Anuário da UFPR, 1954.

Quatro anos após a federalização, o corpo docente da Universidade aumentara em 71%. O aumento foi devido, em parte, à incorporação da Escola de Química, mas também resultante do aparecimento das categorias de assistentes e instrutores de ensino.

A expansão beneficiaria, sobretudo, a Faculdade de Medicina que, de 83 professores passara a 151, ou seja, um aumento de 81%.

Os catedráticos, efetivos e interinos, constituíam, agora, 42,2% do total do corpo docente.

No ano de 1958, assistentes e instrutores de ensino, formavam 50,4% dos professores. A proporção dos docentes-livres caíra bastante, agora com apenas 8,3%, e os catedráticos 29,7%.

Todas as unidades universitárias tiveram ampliado o seu corpo docente, inclusive a Faculdade de Medicina, mesmo com o desdobramento das Faculdades de Odontologia e Farmácia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1958

Faculdades	Catedráticos	Docentes Livres	Assistentes	Instrutores	Contratados	Total
Direito	15	7	—	8	7	37
Engenharia	18	1	18	28	10	75
Medicina	30	24	61	31	3	149
Filosofia	38	2	5	29	17	91
Ciências Econômicas	15	2	—	4	10	31
Química	18	1	25	13	7	64
Odontologia	8	4	11	8	—	31
Farmácia	6	—	5	2	1	14
TOTAL	148	41	125	123	55	492

FONTE: Anuário da UFPR, 1958.

No ano do seu cinquentenário, a Universidade do Paraná contava com 738 professores. Dentre eles, os catedráticos eram apenas 26,8%. Aumentara em relação a 1958, a proporção dos docentes-livres na Universidade, com 14,3%, porém a categoria dos instrutores de ensino era a mais numerosa. Assistentes e instrutores, formavam 45,4% do corpo docente. A carreira contava agora também com professores de ensino superior, na proporção de 7,6% sobre o total de professores. Aliás, esse número aumentara em 50% sobre aquele de 1958. Havia sido criados os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Mecânica. Fora também incorporada a Escola de Agronomia e Veterinária.

A Faculdade de Medicina continuava aquela com o maior número de professores, seguida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, respectivamente com 26,1% e 15,2% dos docentes. A Escola de Engenharia contava já com 13,7%.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1962

Faculdades	Catedráticos	Docentes Livres	Professor Ensino Superior	Assistentes	Instrutores	Contratados	Total
Direito	19	6	4	—	11	1	41
Engenharia	22	8	2	17	43	9	101
Medicina	30	50	25	35	53	—	143
Filosofia	37	18	10	1	34	12	112
Ciências Econômicas	18	6	2	—	14	8	48
Química	22	—	—	24	17	—	63
Odontologia	11	10	7	9	26	1	64
Farmácia	8	8	3	7	11	3	40
Agronomia e Veterinária	31	—	3	16	9	4	63
Biblioteconomia	—	—	—	8	—	—	8
TOTAL	198	106	56	117	218	38	738

FONTE: Anuário da UFPR, 1962.

Entre 1962 e 1966, o número de professores da Universidade cresceu em 44,6%. Nesse interim fora integrada a Escola de Florestas e a Escola de Educação Física e Desportos fora colocada sob mandato universitário. O número de professores catedráticos e de docentes livres, contudo, manteve-se estacionário, assim também dos professores de ensino superior e de assistentes. Aumentara, porém, em 123% e em 200%, aquele dos instrutores e de professores contratados. A Escola de Engenharia, particularmente, tivera acrescido o número de seus docentes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1966

Faculdades	Catedráticos	Docentes Livres	Professor Ensino Superior	Assistentes	Instrutores	Contratados	Total
Direito	16	8	—	—	26	—	50
Engenharia	18	7	2	12	95	39	173
Medicina	25	51	26	36	99	7	244
Filosofia	30	18	9	8	84	—	149
Ciências Econômicas	17	5	4	—	24	10	60
Química	19	1	—	20	34	4	78
Odontologia	10	—	6	5	55	8	84
Farmácia	12	3	3	9	26	15	68
Agronomia e Veterinária	27	7	4	16	15	8	77
Biblioteconomia	—	—	—	7	3	—	10
Escola de Florestas	—	—	—	—	13	23	36
Educação Física	21	—	—	5	12	—	38
TOTAL	195	100	54	118	486	114	1.067

FONTE: Anuário da UFPR, 1966.

Reformada a carreira universitária por efeito das Leis nºs 5.539/68 e 5.540/68, o quadro de professores da Universidade Federal do Paraná restou ligeiramente diminuído, porém bastante alterado na sua composição. Agora professores catedráticos, com a cátedra extinta, e professores contratados ou regentes, que se encontravam no exercício de cadeira vaga na data da Constituição de 1967, formavam a categoria de professores titulares. Mesmo assim, auxiliares de ensino e professores assistentes constituíam a grande maioria, com 59,8% dos docentes. Os titulares eram apenas 9,5%, e os professores adjuntos 12,8%.

A Escola de Educação Física e Desportos do Paraná deixara de estar sob mandato universitário e esta fora a razão para a redução global no número de professores. Contudo, internamente houvera remanejamentos. A Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Escola de Engenharia perderam professores em favor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola de Agronomia e Veterinária e outras unidades.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1970

Faculdades	Catedráticos	Adjuntos	Assistentes	Auxiliares	Contratados	Total
Direito	17	3	5	16	2	43
Engenharia	14	10	29	72	42	167
Medicina	29	42	54	108	—	233
Filosofia	42	13	19	106	—	180
Ciências Econômicas	38	13	—	11	—	62
Química	23	20	10	28	—	81
Odontologia	13	7	23	30	—	73
Farmácia	14	8	4	25	—	51
Agronomia e Veterinária	32	18	6	48	—	104
Biblioteconomia	—	—	6	8	—	14
Escola de Florestas	21	—	—	19	—	40
TOTAL	243	134	156	471	44	1.048

FONTE: Anuário da UFPR, 1970.

Entre os anos de 1970 e 1974, foram criados os cursos de Psicologia, Geologia, Estatística e Estudos Sociais (1º e 2º graus).

A classificação dos docentes da Universidade Federal do Paraná, realizada com base na situação real do primeiro semestre de 1975, apresentou a existência de 1.338 professores, portanto, um crescimento de 27,6% sobre o ano de 1970. Esse número verificou-se, sobretudo, nas categorias iniciais de auxiliares e assistentes.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1975**

Categories	Número	Porcentagem
Titular	219	16,4
Adjunto	215	16,1
Assistente	394	29,4
Auxiliar	510	38,1
TOTAL	1.338	100,0

FONTE: Fastos Universitários, v. 2., n. 4, 1976.

Os anos de 1975 a 1978 viram a criação de sete novos cursos na Universidade: Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística, Processamento de Dados, Enfermagem, Engenharia Cartográfica e Turismo. O corpo docente alcançou o número de 1.678 professores, no ano de 1978.

Os professores auxiliares e assistentes constituíam 58,3% dos docentes. A nova categoria de colaboradores já alcançava 16,2% enquanto que os titulares estavam reduzidos a 11,4%.

O ensino indissociado da pesquisa fizera aumentar o número daqueles professores trabalhando na Universidade em regime de tempo integral, 49,4% dos docentes estavam em tempo integral, em 1978. Essa proporção atingia a 84% na categoria dos auxiliares de ensino e caía a 16% naquela dos colaboradores.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1978
REGIME DE TRABALHO**

Categories	Tempo Integral	Tempo Parcial	Total
Titular	113	78	191
Adjunto	96	107	203
Assistente	341	389	730
Auxiliar	209	40	249
Colaborador	44	229	273
Visitante	26	6	32
TOTAL	829	849	1.678

FONTE: Relatório Anual da UFPR, 1978.

Dois anos depois, em 1980, o corpo docente da Universidade Federal do Paraná alcançava o número de 1.949 docentes, ou seja, um aumento de 271 em relação a 1978, portanto, 16,1%.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1980**

Categorias	Número	Porcentagem
Titular	217	11,1
Adjunto	362	18,6
Assistente	518	26,6
Auxiliar	287	14,7
Colaborador	415	21,3
Visitante	147	7,5
Outros	3	0,2
TOTAL	1.949	100,0

FONTE: Relatório Anual da UFPR, 1980.

Aumentava a categoria de adjuntos, enquanto diminuía a de assistentes. Porém, crescia aquelas de colaboradores e visitantes face às exigências dos novos cursos em pleno funcionamento.

A proporção de professores em dedicação exclusiva e em 40 horas atingia 59,1% da totalidade dos docentes.

No que concerne ao regime jurídico, em 1980, apenas 697 docentes eram estatutários, ou 35,7%, enquanto 1.249 estavam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou 64,1%, e 3 por regimes diversos, ou 0,2%.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
REGIMES DE TRABALHO DOCENTE EM 1980

Regimes	Número	Porcentagem
Dedicação Exclusiva	397	20,4
40 horas	755	38,7
20 horas	775	39,7
12 horas	19	1,0
Outro	3	0,2
TOTAL	1.949	100,0

FONTE: Relatório Anual da UFPR, 1980.

O quadro dos professores da Universidade, em 1982, revela ligeiro aumento. Entretanto, o que chama a atenção é o aproveitamento dos colaboradores na categoria de professores assistentes. Em 1980, existiam 518 assistentes e 415 colaboradores. Agora, esta categoria deixa de existir, e aquela dos assistentes engloba 1.127 docentes. Atuou em favor desse número, também, a incorporação, nessa categoria, de grande número de professores visitantes sem maior titulação. Assim, os assistentes passam a constituir 55,5% dos docentes da Universidade. Ocorre que 53,2% dos mesmos possuíam unicamente o diploma de curso de graduação, decaindo a formação qualitativa do corpo docente da Universidade. Desse modo, 44,3% dos seus professores possuíam apenas curso de graduação, 38,1% cursos de especialização ou aperfeiçoamento, 8,4% eram portadores de mestrado e 9,2% eram doutores ou docentes-livres.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1982
TITULAÇÃO

Categories	Livre-Docência	Doutorado	Mestrado	Especialização/Aperfeiçoamento	Graduação	Total
Titular	51	23	9	21	104	208
Adjunto	49	25	29	337	158	598
Assistente	17	16	129	365	600	1.127
Auxiliar	—	2	4	43	30	79
Visitante	1	2	—	4	5	11
Outros	1	1	—	3	2	7
TOTAL	118	69	171	773	899	2.030

FONTE: Relatório das Atividades UFPR/PROPLAN, 1982.

Em 1984, o quantitativo do corpo docente refluí para 1.948 professores. Destes, 35,2% possuem unicamente diploma de curso de graduação, 25,7% possuem mestrado e 13,7% são doutores ou docentes-livres. Houve, portanto, nos últimos dois anos, melhoria acentuada na titulação dos professores da Universidade, sobretudo no que se refere aos portadores de mestrado, cuja proporção ascende de 5,4% a 25,7%.

O Setor de Ciências da Saúde, responsável pelos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Nutrição, além dos cursos de Pós-Graduação em Cardiologia, Pediatria e Medicina Interna, possui o número mais elevado de docentes, ou 25,4% dos mesmos. Segue-se o Setor de Tecnologia, responsável pelos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Cartográfica, Geologia e Geografia, e o curso de pós-graduação em Ciências Geodésicas, com 15,7%. O Setor de Ciências Exatas, responsável pelos cursos de Física, Química, Matemática, Processamento de Dados, tem 11,7% dos professores da Universidade. O Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, com os cursos de Filosofia, História, Ciências Sociais, Comunicação Social, Estudos Sociais (1º e 2º graus), Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística, Psicologia e Turismo, e cursos de pós-graduação em História e Letras, têm 11,4% dos professores da Universidade. Os demais Setores englobam 37,8% dos professores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1984
TITULAÇÃO

Setores	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
Ciências Exatas	24	48	56	100	228
Ciências Biológicas	56	96	66	72	290
Ciências Humanas, Letras e Artes	44	86	32	61	223
Educação	21	50	8	15	94
Ciências Sociais Aplicadas	5	29	27	66	127
Ciências da Saúde	63	61	253	79	456
Tecnologia	14	56	38	199	307
Ciências Agrárias	31	64	9	38	142
Ciências Jurídicas	10	4	9	46	69
EPB	-	-	3	9	12
TOTAL	268	494	501	685	1.948

FONTE: P.R.P.G./Piccd, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE PROFESSORES EM 1986
TITULAÇÃO

Setores	Graduação	Mestrado	Doutorado	Total
Ciências Exatas	138	61	33	232
Ciências Biológicas	161	67	67	225
Ciências Humanas, Letras e Artes	87	86	51	224
Educação	13	55	21	94
Ciências Sociais Aplicadas	35	28	8	121
Ciências da Saúde	298	64	67	429
Tecnologia	218	65	33	316
Ciências Agrárias	33	62	46	141
Ciências Jurídicas	53	6	12	71
TOTAL	1.036	494	338	1.868
%	55,5	26,4	18,1	100,0

FONTE: PROPLAN, 1986.

Os últimos dados disponíveis acerca do corpo docente, relativos ao ano de 1986, revelam também decréscimo do seu número em cerca de 9,5%. Há ligeiro aumento no número de mestres e aumento de 4,4% no número de doutores.

Blank Page

GRADUAÇÃO NA UFPR

Criada em 1912, a Universidade do Paraná iniciou suas atividades letivas em março de 1913 com os cursos de Direito, Engenharia Civil, Farmácia e Odontologia, respectivamente com 42, 32, 10 e 13 alunos.

No ano seguinte, dava início ao curso de Medicina, com 11 alunos.

Chegou a criar o curso de Agronomia, arduamente defendido por Vitor do Amaral e Silva que dizia:

Agindo na região brasileira que constitui o Estado do Paraná, a nossa Universidade precisa cooperar mais diretamente para o aproveitamento das riquezas que já vem neste solo ubérrimo, favorecido por climas variados. Para isso, torna-se necessário integrarmos o seu programa, instituindo-se, sem mais detença, o ensino da Agricultura racional, científico e prático, a fim de desaparecer a errônea crença de que o Paraná só pode produzir com vantagens erva-mate e pinheiros.

Todavia, com a desintegração da Universidade, o curso de Agronomia foi assumido pelo Governo do Estado que criou em 1918 a Escola Superior de Agricultura.

Deste modo, durante os anos de separação imposta pela lei, a Universidade continuou apenas com aqueles cursos iniciais. Quando da sua restauração, em 1946, face às exigências legais que determinavam a existência nas Universidades, de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a Universidade do Paraná incluiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, até então mantida pela União Brasileira de Ensino dos Irmãos Maristas. Assim, foram acrescentados os cursos de bacharelados de Filosofia, Geografia e História, Pedagogia, Química, Letras, Matemática, Ciências Sociais, História Natural e Física, e o curso de Didática que habilitava à licenciatura.

Entretempos já estavam criados em Curitiba, os cursos de Química Industrial (1924) que foi a origem daquele de Engenharia Química, o de Medicina Veterinária (1931), o de Educação Física (1939) e o de Ciências Econômicas (1945), que acabariam por integrar-se à Universidade.

Hoje, a Universidade do Paraná oferece 41 cursos de graduação, alguns comportando opções diversas, haja vista, por exemplo, o curso de Comunicação Social, com Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, ou o curso de Letras, que além das Letras Clássicas e Vernáculas, apresenta as diversas opções das Letras Estrangeiras Modernas.

Dos cursos criados ou integrados pela Universidade do Paraná, por exigências legais, aquele de História Natural transformou-se no de Ciências Biológicas, o de Geografia e História, separou-se em dois, o de Geografia e o de História, o de Didática deixou de existir. O curso de Estudos Sociais, licenciatura de 1º Grau, integrou-se naquele de licenciatura plena.

A cronologia de criação dos cursos de graduação é dada no Quadro nº 1.

Por sua vez, o número de vagas ofertadas pela Universidade Federal do Paraná, nos últimos 12 anos, é visto no Quadro nº 2.

No período, a oferta de vagas cresceu em 21%. Contudo, o número total oferecido permanece estacionário nos últimos sete anos.

Entretanto, o número de candidatos ao Concurso Vestibular para ingresso na Universidade, cresceu 298%. A relação entre o número de candidatos e o número de vagas, por sua vez, aumentou em 246%.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ CONCURSO VESTIBULAR RELAÇÃO DE CANDIDATOS/VAGAS

Ano	Número de Candidatos	C/V
1972	8.840	3,51
1973	8.515	3,35
1974	9.718	3,82
1975	12.055	4,46
1976	13.884	5,14
1977	16.686	5,81
1978	17.586	5,77
1979	19.723	6,46
1980	22.678	7,44
1981	21.577	7,07
1982	25.579	8,39
1983	26.364	8,64
1984	19.435	6,37
1985	18.845	6,18
1986	22.080	7,24
1987	24.444	8,01

FONTE: Guia do Candidato, 1984 e 1987 - CCCV/UFPR.

QUADRO Nº 1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CRONOLOGIA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Nº	ANO	CURSOS
1	1912	Direito
2	1912	Engenharia Civil
3	1912	Farmácia
4	1912	Odontologia
5	1914	Medicina
6	1918	Agronomia
7	1924	Engenharia Química
8	1931	Medicina Veterinária
9	1938	Filosofia
10	1938	Geografia
11	1938	História
12	1938	Pedagogia
13	1938	Química
14	1939	Letras
15	1939	Educação Física
16	1940	Matemática
17	1940	Ciências Sociais
18	1942	Ciências Biológicas (História Natural)
19	1944	Física
20	1945	Ciências Econômicas
21	1952	Biblioteconomia
22	1957	Ciências Contábeis
23	1960	Engenharia Florestal
24	1962	Arquitetura e Urbanismo
25	1962	Engenharia Mecânica
26	1964	Comunicação Social
27	1965	Engenharia Elétrica
28	1965	Licenciatura em Ciências (1º grau)
29	1967	Administração
30	1972	Psicologia
31	1973	Geologia
32	1974	Estatística
33	1974	Estudos Sociais (1.º e 2.º Graus)
34	1975	Comunicação Visual
35	1975	Desenho Industrial
36	1975	Educação Artística
37	1975	Processamento de Dados
38	1975	Enfermagem
39	1977	Engenharia Cartográfica
40	1978	Turismo
41	1981	Nutrição

FONTE: Anuários e Relatórios da UFPR.

QUADRO Nº 2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
VAGAS OFERTADAS

ANOS/CURSOS	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
ÁREA TECNOLÓGICA																
Agronomia	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
Arquitetura e Urbanismo	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Engenharia Cartográfica	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Engenharia Civil	220	220	220	220	225	225	225	200	200	180	160	160	160	160	160	160
Engenharia Elétrica	40	40	40	40	45	45	45	70	70	80	80	80	80	80	80	80
Engenharia Florestal	50	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Engenharia Mecânica	70	70	70	70	75	75	75	75	75	80	80	80	80	80	80	80
Engenharia Química	85	85	85	85	90	90	90	90	90	90	90	80	80	80	80	80
Estatística - D	-	-	50	50	50	50	50	50	50	50	20	-	-	-	-	-
Estatística - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	60	60	60	60	60
Física - D	50	50	50	50	50	50	50	50	70	70	40	40	40	40	40	40
Física - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	60	60	60	60
Geografia - D	100	100	40	40	45	45	45	50	35	35	40	-	-	20	20	20
Geografia - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	50	50	30	30	30
Geologia	-	25	50	50	25	25	25	25	25	25	30	30	30	30	30	30
Matemática - D	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	40	40	40	40	40	40
Matemática - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	60	60	60	60
Química	50	50	40	40	40	40	40	40	60	60	60	60	60	60	60	60
Processamento de Dados	-	-	-	-	40	40	40	80	80	80	80	100	100	100	100	100
SUBTOTAL	805	830	895	895	960	1.080	1.080	1.055	1.085	1.100	1.170	1.160	1.160	1.160	1.160	1.140
ÁREA BIOLÓGICA																
Ciências - 1º Grau	50	50	25	25	25	25	25	25	25	20	20	20	20	20	20	20
Ciências Biológicas	50	50	50	50	50	50	50	70	70	80	80	80	80	80	80	80
Educação Física	-	-	-	-	-	100	120	120	120	120	100	100	100	100	100	100
Enfermagem	-	-	-	40	40	40	40	40	40	50	50	50	50	50	50	50
Farmácia	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Medicina	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160
Medicina Veterinária	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Nutrição	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40
Odontologia	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
SUBTOTAL	510	510	525	565	500	500	600	665	705	720	700	700	700	700	700	700
ÁREA HUMANÍSTICA																
Administração - D	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	50	50	50	50	50
Administração - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	60	60	60
Biblioteconomia	40	40	30	30	30	30	30	30	30	30	30	20	30	30	30	30
Ciências Contábeis - N	60	60	50	50	50	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ciências Econômicas - D	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ciências Econômicas - N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ciências Sociais	100	100	40	40	40	40	40	40	40	30	30	30	30	40	40	40
Comunicação Social	100	100	30	30	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
Comunicação Visual	-	-	-	40	20	20	20	20	20	20	20	30	30	30	30	30
Desenho Industrial	-	-	-	40	20	20	20	20	20	20	40	30	30	30	30	30
Direito	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Educação Artística	-	-	-	40	80	80	80	80	80	80	40	40	40	40	40	40
Estudos Sociais	-	-	270	270	190	170	170	120	40	20	40	20	20	20	20	20
Filosofia	100	100	20	20	40	40	40	40	40	20	30	30	30	40	40	40
História	100	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Letras - D	100	100	100	100	130	140	140	140	150	140	40	40	40	40	40	40
Letras - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	60	60	60	60
Pedagogia - D	100	100	100	100	100	100	100	150	150	150	40	40	90	90	90	90
Pedagogia - N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130	120	60	60	60	60
Psicologia	-	-	40	40	40	50	50	50	50	60	60	60	60	60	60	60
Turismo - D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-
Turismo - N	-	-	-	-	-	-	80	40	40	40	40	30	30	40	40	40
SUBTOTAL	1.200	1.200	1.120	1.240	1.240	1.290	1.370	1.330	1.260	1.230	1.180	1.190	1.160	1.190	1.190	1.210
TOTAL	2.515	2.540	2.540	2.700	2.870	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050	3.050

FONTE: Guia do Candidato 84 e 87 - CCCV/UFPR.

O número dos candidatos inscritos ao Concurso Vestibular, por curso, de 1913 a 1984, consta do Quadro n.º 3.

O Quadro n.º 4, fornece o número geral de alunos matriculados, por ano, na Universidade. Dos 97 alunos iniciais, matriculados em 1913, chegou-se em 1978 a 15.200 alunos.

Esse número cai em 1981 para 13.961 alunos, voltando porém, em 1983, a atingir 15.185 estudantes matriculados.

Os cursos que apresentam maior número de alunos têm sido Engenharia Civil, Medicina, Agronomia, Ciências Econômicas e Direito.

O Quadro n.º 5, referente ao número de diplomados, evidencia a contribuição da Universidade Federal do Paraná para a formação dos quadros profissionais de nível superior no Paraná e Estados vizinhos, sobretudo de Santa Catarina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS

ANO	Nº
1977	12.947
1978	15.200
1979	15.073
1980	14.900
1981	13.961
1982	14.655
1983	15.185
1984	14.573
1985	14.906
1986	13.786
1987	13.757

FONTE: Relatórios da UFPR.

Os cursos de Medicina, Engenharia Civil e Direito são aqueles que têm apresentado o maior número de diplomados.

O Quadro n.º 6 apresenta a evasão escolar verificada no triênio 1980/82, computadas as matrículas regimentalmente trancadas e o simples abandono dos cursos pelos estudantes.

QUADRO Nº 6
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
EVASÃO ESCOLAR

CURSOS	Nº DE ALUNOS			EVASÃO					
	1980	1981	1982	1980		1981		1982	
				Tranc.	Aband.	Tranc.	Aband.	Tranc.	Aband.
Área I – CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS									
Arquitetura e Urbanismo	327	281	270	23	–	22	2	18	4
Desenho Industrial	110	115	138	15	4	22	2	23	2
Engenharia Civil	1.324	1.286	1.240	88	1	106	24	90	15
Engenharia Cartográfica	171	209	226	–	–	30	4	24	6
Engenharia Elétrica	364	369	393	27	1	37	27	28	4
Engenharia Mecânica	490	445	462	20	–	29	6	24	11
Engenharia Química	595	560	524	48	2	52	14	44	10
Estatística	225	162	174	68	2	62	15	50	16
Física	225	207	253	68	7	61	20	72	14
Geologia	174	150	159	16	1	17	6	15	6
Matemática	313	253	288	114	7	95	20	80	15
Processamento de Dados	351	349	366	52	–	61	30	60	16
Química	228	219	231	84	6	78	10	77	14
SUBTOTAL	4.987	4.605	4.724	623	31	692	182	605	133
Área II – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS									
Ciências – 1º Grau	70	37	50	29	1	22	2	13	4
Ciências Biológicas	346	350	369	69	2	80	14	73	17
Educação Física	343	342	390	50	2	68	17	57	27
Enfermagem	218	207	197	29	3	30	3	28	7
Farmácia	476	440	446	42	6	49	16	41	4
Medicina	1.114	1.074	1.106	15	1	16	10	16	6
Nutrição	40	86	131	2	1	11	–	14	1
Odontologia	417	395	380	15	1	14	7	16	7
SUBTOTAL	3.024	2.931	3.069	251	17	290	69	258	29
Área III – CIÊNCIAS AGRÁRIAS									
Agronomia	627	595	627	34	4	30	9	32	12
Engenharia Florestal	344	336	340	32	–	34	11	28	7
Medicina Veterinária	455	388	378	23	1	18	4	11	4
SUBTOTAL	1.414	1.319	1.345	89	5	82	24	71	23
Área IV – CIÊNCIAS HUMANAS									
Administração	544	511	527	121	1	130	26	105	27
Biblioteconomia	110	91	91	20	–	20	2	17	3
Ciências Contábeis	447	443	438	39	1	34	15	25	19
Ciências Econômicas	1.135	990	1.023	209	8	196	58	178	75
Ciências Sociais	151	153	157	40	2	40	16	29	20
Comunicação Social	318	300	286	64	1	50	15	45	18
Direito	636	584	588	53	1	62	10	51	5
Estudos Sociais – 1º Grau	129	57	76	65	2	29	14	12	11
Estudos Sociais – EMC	69	40	19	34	–	16	4	7	6
Filosofia	92	83	113	41	1	34	9	24	4
Geografia	126	119	168	40	–	35	7	25	19
História	137	140	169	33	1	38	13	26	8
Pedagogia	418	447	625	129	–	94	30	84	67
Psicologia	302	302	310	33	4	37	4	38	3
Turismo	159	175	234	22	1	30	20	39	10
SUBTOTAL	4.773	4.435	4.824	943	23	845	243	705	295
Área V – LETRAS									
Letras	478	401	433	153	9	110	21	103	28
SUBTOTAL	478	401	433	153	9	110	21	103	28
Área VI – ARTES									
Comunicação Visual	110	100	118	24	–	28	2	18	2
Educação Artística	202	170	142	57	–	64	4	44	8
SUBTOTAL	213	270	260	81	–	92	6	62	10
TOTAL	14.900	13.961	14.655	2.140	85	2.107	546	1.804	518

FONTE: Anúários e Relatórios da UFPR.

A evasão assim encontrada foi, respectivamente, da ordem de 15%, 19% e 16% sobre o número total dos alunos regularmente matriculados.

São altas porcentagens. Todavia, chama ainda mais a atenção o aumento do número de alunos que simplesmente abandonam os cursos, nos anos de 1981 e 1982, sem trancarem as respectivas matrículas.

As taxas mais altas verificam-se na área de Letras, seguida pela de Artes, enquanto que as mais baixas ocorrem na área de Ciências Agrárias, seguida pela de Ciências Biológicas.

PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPR

A Pós-Graduação, por sua natureza e objetivos, intimamente associada à pesquisa, surgiu na Universidade Federal do Paraná naqueles núcleos com tradição de pesquisa, inclusive alguns reconhecidos pelo CNPq como centros de excelência.

Ainda que previstos nos Estatutos de 1956 e 1962, os cursos de aperfeiçoamento, especialização e doutorado, visando aperfeiçoar e especializar conhecimentos, quer pelo desenvolvimento de estudos feitos nos cursos de graduação, quer pelo estudo aprofundado de uma de suas partes, eles somente tiveram início, na Universidade Federal do Paraná, em 1965, quando por iniciativa do Professor Metry Bacilla, foi criado em 19 de março, no Instituto de Bioquímica, o curso de pós-graduação em Bioquímica com a duração de dois anos para obtenção do título de Magister Scientiae, e de três anos para o de Doutor em Bioquímica.

O Professor Metry Bacilla, aliás, de 1959 a 1968, coordenou a nível de pós-graduação, um curso de Fisiologia de Microorganismos que titulou 236 profissionais do Brasil, Uruguai e Argentina.

Em 1968, face a nova legislação de reforma universitária que previa a criação, nas universidades, de centros regionais de pós-graduação, conforme Decreto n.º 63.343, de 1.º de outubro de 1968, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, pela Portaria n.º 5.227, de 14 de outubro de 1968, designou comissão integrada pelos Professores Milton Giovannoni, Hugo Frederico Kremer e Olavo Romanus para o estudo das providências a serem tomadas no âmbito da Universidade, com vistas ao alcance dos objetivos do referido Decreto. A instalação de centros na Universidade deveria corresponder às áreas que tivessem alcançado grau de desenvolvimento compatível com a natureza de cursos de pós-graduação.

A seguir, pela Portaria nº 5.323, de 10 de dezembro de 1968, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda designava os professores Camil Gemael, Eduardo Correia Lima, Hugo Frederico Kremer, Milton Giovannoni e Newton Freire Maia para apresentarem, no prazo de 60 dias, projetos de implantação de cursos de pós-graduação, respectivamente, nas áreas de Engenharia, Medicina, Física e Ciências Biológicas.

Em 1969, adaptava-se o Mestrado em Bioquímica, aos moldes do Parecer nº 77/69, do Conselho Federal de Educação. Também, eram iniciados os cursos de Mestrado em Entomologia e Genética Humana, organizado o primeiro pelo Professor Padre Jesus Santiago Moure, e o segundo pelo Professor Newton Freire Maia.

O próprio Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, também integrante do Conselho Federal de Educação, incentivava a criação de cursos de pós-graduação na Universidade. Em sessão do Conselho Universitário, de 26 de junho de 1969, o Reitor reiterava apelo aos Conselheiros Diretores para que organizassem, nas suas áreas de potencialidade, projetos de instalação de cursos de pós-graduação.

O Estatuto da Universidade Federal do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 66.615, de 21 de maio de 1970, nos artigos 55 e 56, dizia que os cursos de pós-graduação compreendiam o Mestrado e o Doutorado, visando a desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e à obtenção de grau acadêmico.

Conforme a alínea d, do artigo 21, o Conselho de Ensino e Pesquisas, órgão deliberativo da administração superior da Universidade, ora instituído, além de outros membros, deveria ser composto de um representante de cada centro regional de pós-graduação mantido pela Universidade.

Na implementação da reforma consagrada pelo Estatuto de 1970, pela Resolução nº 10, de 2 de dezembro de 1970, o Conselho Universitário criava, no âmbito da Reitoria, uma Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação, com o objetivo de coordenar aqueles já existentes, bem como proceder ao levantamento dos setores da Universidade que oferecessem condições adequadas para a criação de novos cursos de pós-graduação.

Atendendo a essa Resolução, pela Portaria nº 7.300, de 11 de janeiro de 1971, era criada a Comissão da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação, composta por seu Presidente, Professor Milton Giovannoni, e pelos professores Olavo Romanus e Camil Gemael.

O Presidente dessa Comissão teve assento, como membro nato, no Conselho de Ensino e Pesquisas, cujo Regimento incluía, uma Câmara de Pós-Graduação.

No ano de 1971, foi organizado pelo Professor Camil Gemael o curso de Mestrado em Ciências Geodésicas.

A Resolução nº 02/72, de 28 de janeiro de 1972, do Conselho Universitário, aprovava a criação do Mestrado em História do Brasil, opções de História Demográfica e História Econômica, organizado pelas Professoras Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Em 6 de outubro de 1972, o Conselho Universitário aprovava também a criação do Mestrado em Engenharia Florestal, organizado pelo Professor Sylvio Pellico Neto.

Com a nova reestruturação da Universidade Federal do Paraná, o Regimento Geral aprovado pelo Parecer nº 4.110/74, do Conselho Federal de Educação, dispunha que competia à Coordenação Central dos Cursos de Pós-Graduação, como um serviço da Reitoria, conforme os artigos 31 e 58, supervisionar e fiscalizar o funcionamento dos cursos de pós-graduação, além da indicação dos setores que oferecessem condições à criação de novos cursos, enfim, tratar de todos assuntos relativos à pós-graduação na Universidade. Contudo, a Coordenação perdia seu assento nato no Conselho de Ensino e Pesquisa que continuava incluindo uma Câmara de Pós-Graduação. A Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação, como serviço, compreendia a função de um Coordenador Central de Pós-Graduação, designado pelo Reitor.

De setembro de 1973 a março de 1974, ocuparam a função de Coordenador Central de Pós-Graduação, respectivamente, os Professores Anibal de Paiva Campello e Nelson de Lucca.

No ano de 1974, foi aprovado pelo Conselho Universitário, o “Programa de Pós-Graduação 1974/77 da Universidade Federal do Paraná”, elaborado pela Coordenação Central dos Cursos de Pós-Graduação para a gestão do Reitor Theodócio Jorge Atherino.

Em seguimento a esse Plano, no ano de 1974, foram criados pelo Conselho Universitário e encaminhados à consideração do Conselho Federal de Educação, os cursos de Mestrado em Letras, Educação, Cardiologia, Pediatria, Entomologia, Estomatologia e Zoologia, organizados, respectivamente, pelos Professores Otilia Arns, Zélia Milleo Pavão, Gastão Pereira da Cunha, Izrail Cat, Kalil Boabaid e Jayme Loyola e Silva, duplicando desta maneira o leque de ofertas de pós-graduação.

Ainda, em 1974, foi criado pelo Conselho Universitário, o Doutorado em Bioquímica. Nesse ano, foi credenciado o Doutorado em Entomologia.

A Universidade Federal do Paraná criou também os Mestrados de Medicina Interna (1976), Conservação de Solos (1977), Botânica (1978), Morfologia (1978), Clínica Cirúrgica (1980), Direito (1981), Tecnologia Química (1983), Física (1983), Engenharia Hidráulica (1985) e Ciências Veterinárias (1986).

Desses cursos, deixou de funcionar apenas o Mestrado de Estomatologia, convertido em curso de especialização temporário. Assim, a Universidade

Federal do Paraná oferece, hoje, 21 (vinte e um) cursos de Mestrado, dos quais 13 (treze) já credenciados pelo Conselho Federal de Educação, e 5 (cinco) Doutorados, uma vez que foram criados aqueles em Engenharia Florestal (1981), História Demográfica (1982) e Ciências Geodésicas (1982).

QUADRO Nº 1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CRONOLOGIA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ano	Cursos	Mestrado	Doutorado	Credenciamento pelo CFE
1965	Bioquímica	X	—	1972
1969	Entomologia	X	—	1974
1969	Genética	X	—	1983
1971	Ciências Geodésicas	X	—	1973
1972	História	X	—	1974
1972	Engenharia Florestal	X	—	1976
1974	Letras	X	—	1976
1974	Cardiologia	X	—	1976
1974	Zoologia	X	—	1975
1974	Pediatria	X	—	1976
1974	Educação	X	—	1978
1974	Bioquímica	—	X	1975
1974	Entomologia	—	X	1974
1976	Medicina Interna	X	—	.
1977	Ciência do Solo	X	—	1984
1978	Botânica	X	—	.
1978	Morfologia	X	—	.
1980	Clínica Cirúrgica	X	—	.
1981	Direito	X	—	1984
1982	História	—	X	1985
1982	Engenharia Florestal	—	X	1987
1982	Ciências Geodésicas	—	X	.
1983	Tecnologia Química	X	—	.
1983	Física	X	—	.
1985	Engenharia Hidráulica	X	—	.
1986	Ciências Veterinárias	X	—	.

FONTE: PRPG.

Aguardando credenciamento.

Pelo Estatuto e Regimento de 1983, a Coordenação Central de Pós-Graduação passou a constituir a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, tendo a seu cargo toda a administração superior da pós-graduação na Universidade. É exercida por um Pró-Reitor designado pelo Reitor, assistido por um Colegiado composto pelos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação.

Ainda, quando da implantação da Coordenação Central, foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, o Regimento Geral da Pós-Graduação da Universidade, disciplinadas todas as suas atividades.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação tem atuado no sentido da institucionalização da Pós-Graduação na Universidade, inclusive no que respeita ao relacionamento externo dos Cursos, sobretudo no que se refere à celebração de convênios e sua administração, bolsas de estudos e outros.

Desde a sua instituição na Universidade, a Pós-Graduação apresentou o número de alunos constantes no Quadro n.º 2.

Esse número tem apresentado crescimento regular contínuo.

Muitos estudantes de pós-graduação têm recebido bolsas de estudos concedidas, principalmente, pela CAPES e CNPq, além de outras instituições ou agências financiadoras.

QUADRO Nº 2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO – 1965/86

Anos	Número de Alunos
1965	6
1966	10
1967	12
1968	13
1969	33
1970	49
1971	78
1972	118
1973	156
1974	213
1975	300
1976	327
1977	439
1978	467
1979	492
1980	510
1981	591
1982	626
1983	658
1984	670
1985	776
1986	760

FONTE: PRPG.

Os cursos de Mestrado já titularam 765 Mestres e os de Doutorado, 25 Doutores, conforme Quadro nº 3.

Os Mestrados em Clínica Cirúrgica (1980), Direito (1981), Tecnologia Química (1983) e Física (1983) não apresentaram titulações até o ano de 1986. Assim, também, os recentes Doutorados em Engenharia Florestal e Ciências Geodésicas, que se iniciaram em 1982. O Doutorado em História tituló 1 (um) Doutor em 1986.

QUADRO Nº 3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE MESTRES E DOUTORES TITULADOS – 1965/86

Cursos	Mestres	Doutores
Bioquímica	64	16
Entomologia	119	8
Genética Humana	12	–
Ciências Geodésicas	57	–
História	73	1
Engenharia Florestal	118	–
Letras	47	–
Educação	155	–
Cardiologia	20	–
Pediatria	14	–
Zoologia	61	–
Medicina Interna	4	–
Ciência do Solo	3	–
Botânica	6	–
Morfologia	7	–
Clínica Cirúrgica	–	–
Direito	–	–
Tecnologia Química	–	–
Física	–	–
TOTAL	765	25

FONTE: PRPG.

Além dos Mestrados e Doutorados, a Universidade tem desenvolvido programas regulares de cursos de pós-graduação "latu sensu", havendo nos anos de 1981 a 1986 expedido 1.076 certificados de cursos de especialização e aperfeiçoamento, conforme Quadro nº 4.

Deve ser assinalado que aos estudantes que deixam o Mestrado somente com os créditos acadêmicos, a Universidade Federal do Paraná concede certificados de especialização.

QUADRO Nº 4
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CERTIFICADOS EXPEDIDOS

Anos	Cursos	Nº Certificados
1981	Saúde Pública (E)	35
	Metodologia do Ensino Superior (E)	7
	Língua Inglesa (E)	1
	Tecnologia Projetos Educacionais (E)	15
	Educação Física (E)	45
	Reumatologia (E)	5
	Química Analítica (E)	5
	Teoria Geral dos Signos (E)	26
	Conservação Rodoviária (A)	26
1982	Cardiologia (E)	9
	Agrupamentos e Processos Sociais (E)	12
	Língua Inglesa (E)	8
	Educação Física (E)	11
	Antropologia (E)	9
	Metodologia do Ensino Superior (E)	18
	Metodologia do Ensino Superior – UEPG (E)	37
	Zooplâncton Marinho (E)	8
	Administração Pública (E)	14
1983	Antropologia (E)	12
	Métodos Computacionais (E)	15
	Recursos Humanos e Educação Permanente (E)	17
	Cardiologia (E)	4
	Física Espacial (E)	1
	Metodologia do Ensino Superior (E)	10
	Diversos (Art. 6º – Res. 14/77) (E)	12
	Radiologia Oral (A)	6

QUADRO Nº 4
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CERTIFICADOS EXPEDIDOS
(continuação)

Anos	Cursos	Nº Certificados
1984	Bioquímica (E)	2
	Antropologia (E)	2
	Radiologia Odontológica (E)	2
	Radiologia Oral (E)	6
	Cardiologia (E)	5
	Educação Física (E)	28
	Odontologia Preventiva e Social (E)	20
	Química Analítica (E)	1
	Literatura Brasileira (E)	19
	Residência Médica (E)	67
	Biblioteconomia (E)	17
1985	Antropologia (E)	30
	Residência Médica (E)	82
	Reumatologia (E)	3
	Ciências Geodésicas (E)	3
	História (E)	6
	Bioquímica (E)	1
	Medicina do Trabalho (E)	2
	Engenharia de Segurança do Trabalho (E)	1
	Cardiologia (E)	6
	Educação Especial (E)	58
	Engenharia Florestal (E)	2
	Educação (E)	11
Literatura Brasileira (E)	10	
1986	Genética (E)	1
	Residência Médica (E)	92
	Enfermagem Médico-Cirúrgica (E)	36
	Cardiologia (E)	8
	Educação Física (E)	62
	Engenharia Florestal (E)	5
	Matemática (E)	31
	Engenharia de Segurança do Trabalho (E)	1
	História (E)	2
	Entomologia (E)	1
	Língua Portuguesa (E)	38
Antropologia Filosófica (E)	16	
TOTAL		1.076

No que tange aos cursos de pós-graduação, a Universidade manteve ainda, de 1961 a 1971, um curso especial para a formação de Orientadores Educacionais, aberto a portadores de diploma de curso superior, havendo diplomado 156 Orientadores Educacionais, conforme Quadro nº 5.

QUADRO Nº 5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE DIPLOMADOS PELO CURSO DE
ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Anos	Nº de Diplomados
1961	4
1962	17
1963	14
1964	21
1965	21
1966	17
1967	14
1968	13
1969	12
1970	16
1971	7
TOTAL	156

FONTE: Anuários da UFPR.

Blank Page

PESQUISA NA UFPR

Este capítulo não tratará da pesquisa na Universidade Federal do Paraná no que se refere a projetos desenvolvidos, nem dos diversos pesquisadores no passado e no presente, nem tão pouco dos produtos finais dos seus trabalhos.

Na dimensão temporal que é a própria da História, preferencialmente tratar-se-á da história da institucionalização da pesquisa na Universidade Federal do Paraná.

Fundada em 1912, por profissionais liberais, que objetivaram “o ensino superior integral”, embora se possa admitir que em *integral* estavam incluídos não apenas o ensino, mas também as outras funções universitárias, de pesquisa e de extensão, ao que tudo indica na *praxis* dos fundadores, naquela conjuntura, estava unicamente a preocupação de dotar a Capital paranaense de um estabelecimento de ensino superior, considerando-se o número de paranaenses que procuravam outros Estados a fim de realizar estudos superiores, bem como o número daqueles que, falhos de recursos pecuniários, não podiam fazê-lo.

Era, pois, unicamente a preocupação de um ensino profícuo e sólido que preparasse o aluno para a vida prática, que animava a primeira Universidade do Paraná.

Alguns pronunciamentos do Reitor Vitor Ferreira do Amaral e Silva, em anos posteriores, configurava o aparecimento de novas preocupações, por exemplo, de ordem social pelo atendimento à comunidade, tal foi o caso da Maternidade, ou de interesse pela economia regional, quando pregava que o Paraná não podia continuar sendo apenas erva-mate e madeira, devendo voltar-se para a agricultura.

Nesse interim, era fundadâ, em 1918, a Escola de Agronomia. Intelectuais paranaenses, como Romário Martins, realizam a campanha do trigo, do código florestal.

Em 1924, timidamente era também fundada a Escola de Química anexa à Escola de Engenharia.

Reduzida, porém, pelos avatares da lei Maximiliano às escolas formadoras de profissionais do direito, da engenharia, da medicina, a Universidade do Paraná dedicou-se ao ensino.

Nem podia ser de outra maneira diante dos recursos que dispunha como associação civil. As rendas da Universidade eram destinadas unicamente aos vencimentos mensais dos lentes e do pessoal administrativo, à compra de livros, à conservação e renovação do mobiliário e do material de ensino, à conservação e melhoramento do edifício, água, esgotos e luz elétrica, às despesas de expediente e outras obras de utilidade pedagógica.

O próprio CNPq ligado à Presidência da República foi fundado somente em 1933.

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, dispôs acerca do ensino universitário no País, tendo como finalidade: elevar o nível de cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da humanidade. Pelo seu art. 46, além dos cursos destinados a transmitir o ensino de conhecimentos já adquiridos, os institutos universitários deveriam organizar e facilitar os meios para a realização de pesquisas originais, que aproveitassem aptidões e inclinações do corpo docente e do discente, e de quaisquer outros pesquisadores estranhos à própria Universidade.

Mas ela foi, na verdade, quase que exclusivamente a formadora dos quadros paranaenses nas décadas de 1920 a 1950, uma Universidade acadêmica, cumprindo sua função primacial de magistério.

Com a redemocratização do País, ganha vulto, no início de 1946, a idéia da restauração da Universidade que se realiza com a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1938.

O aparecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no sistema do ensino superior brasileiro, a começar pela Universidade de São Paulo, em 1934, constitui a primeira e mais eficaz reforma do ensino superior brasileiro, não se admira é que com as Faculdades de Filosofia inaugura-se, de fato, o ensino universitário, tanto pelos seus objetivos, como pelas suas abrangências.

Com a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Universidade do Paraná, ainda entidade de natureza privada, pôde inscrever entre os seus objetivos, aquele de incentivar a pesquisa e a cultura científica, literária, filosófica e artística.

Com a Faculdade de Filosofia, a pesquisa entra formalmente na estrutura da Universidade do Paraná que previa em seu regulamento de 17 de setembro de 1946, o desenvolvimento de atividades de investigação técnico-científica. Nas atividades de pesquisa, procurar-se-ia, além do aperfeiçoamento técnico daqueles que nelas se empenhassem, a formação do hábito do trabalho em colaboração, bem como a elevação constante das capacidades morais reclamadas pelos trabalhos científicos (art. 75, § 2º).

A fim de atender essas atividades, as unidades universitárias poderiam definir e regular o *regime de tempo* integral para professores e auxiliares de ensino. Historicamente, o regime de tempo integral e a pesquisa científica entram juntos na Universidade do Paraná que era ainda particular.

A preocupação pela pesquisa já está presente em pronunciamento do Reitor João Ribeiro de Macedo Filho que, em 1948, dizia não compreender a Universidade sem a pesquisa, expressando sua vontade de fazer da Universidade do Paraná, um grande centro de pesquisa, não limitada a pequenas investigações de reduzido alcance científico.

Federalizada em dezembro de 1950, a Universidade pública se organiza pelo Estatuto de 7 de abril de 1952. Se, entre os seus objetivos continuava aquele do estímulo à investigação e à cultura filosófica, científica, literária e artística, devia fazê-lo tendo em vista as realidades brasileiras.

As atividades universitárias, tanto na ordem administrativa quanto no âmbito propriamente do ensino e dos trabalhos de pesquisa e de difusão cultural, tenderiam para um cunho nacional correspondente às suas finalidades sociais e à eficiência técnica (art. 24).

A nova Universidade do Paraná deveria estimular o espírito da investigação original, indispensável ao progresso das ciências (art. 25). Recorde-se que a SBPC fora fundada em 1948.

Realidades brasileiras, cunho nacional, eficiência técnica, investigação original, progresso das ciências, finalidades sociais, não são expressões vazias dentro dos Estatutos, repetidoras de leis maiores, e sim expressões verbalizadas da ideologia dos homens que transformavam uma Universidade privada em uma Universidade pública.

A pesquisa também se organiza. A Universidade desenvolveria as atividades de pesquisa e técnico-científica em serviços próprios de cada estabelecimento, em órgãos a eles anexos, ou comuns a dois ou mais estabelecimentos, conforme fosse o caso. Era prevista, ainda, a administração dos trabalhos de pesquisa e técnico-científicos. Cada instituto teria um diretor, de preferência o titular da cadeira da área envolvida, designado pelo Reitor. Datam, assim, dessa previsão estatutária, os Institutos de Pesquisa que se criariam na Universidade do Paraná.

O primeiro deles seria o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o seu primeiro Diretor eleito pelo Conselho Universitário em 1953, Professor José Loureiro Fernandes.

No relatório referente ao ano universitário de 1954, o Reitor anunciava que, pelo Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, estavam iniciados os trabalhos da estação hidrobiológica na baía de Guaratuba, o estudo sistemático dos sambaquis paranaenses, o estudo e o documentário cinefotográfico entre os índios caingangues do Paraná e do Planalto Central do Brasil, com a coleta de abundante material etnográfico, para os laboratórios e museus de Antropologia e Etnografia. Sob os auspícios ainda do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, estavam iniciadas as pesquisas do Laboratório de Genética Humana.

A fim de atender ao programa de pesquisas que passavam a ser realizados sistematicamente, em 1957, o Conselho Universitário aprovava o Regulamento do regime de dedicação exclusiva. O regime foi instituído, de imediato, para alguns poucos pesquisadores, custeado com recursos próprios da Universidade do Paraná e concedido após exame por Comissão Especial, eleita pelo Conselho Universitário. Deste modo, segundo o relatório do Reitor, o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, aumentou o ritmo do seu progresso.

O grande passo, porém, para a institucionalização da pesquisa seria dado pela criação em 30 de março de 1959, do Conselho de Pesquisas, conforme Regulamento aprovado pelo Conselho Universitário em 6 de fevereiro de 1959.

Fica criado o Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, com a finalidade de promover e incentivar a realização da pesquisa, nos vários domínios das ciências e das técnicas, cujos objetos constituem objeto do ensino universitário (art. 1.º).

Para o cumprimento de sua finalidade, o Conselho de Pesquisas devia colaborar com as cátedras e os departamentos das Faculdades e Escolas, promovendo a criação de núcleos de pesquisas e ensino, institutos de pesquisas, centros de ensino e pesquisas e centros de estudos, quando seu objeto não pudesse articular-se com as atividades das cátedras universitárias.

Definia-se uma hierarquia. Seriam criados institutos de pesquisa quando cátedras ou serviços de especialidades de duas ou mais unidades universitárias, se congregassem para promover, orientar e coordenar a pesquisa num setor científico, em nível superior de investigação universitária. Os centros de pesquisa seriam órgãos especializados por meio dos quais o pessoal científico

pudesse contribuir para o aperfeiçoamento do ensino por meio da pesquisa realizada nos diferentes campos. Os centros de estudos poderiam ser órgãos anexos às cátedras universitárias com a finalidade de realizar estudos e investigação como desenvolvimento extraordinário dos programas escolares das cátedras, quando o seu objetivo não se enquadrasse nos programas das mesmas.

Criado o Conselho de Pesquisas, em 29 de abril de 1959, era criado também o Fundo Especial de Pesquisas, destinado exclusivamente a financiar o programa de trabalhos aprovado pelo Conselho de Pesquisas, o qual formulava o plano de aplicação do Fundo Especial de Pesquisas.

O Conselho de Pesquisas era dirigido por Diretor Executivo, designado pelo Reitor, e com assento no Conselho Universitário. O primeiro Diretor Executivo e organizador do Conselho de Pesquisas foi o Professor Brasil Pinheiro Machado, a quem, na verdade, se deve o trabalho da implantação da pesquisa na Universidade do Paraná.

Programas especiais de pesquisa, projetos de pesquisa, bolsas de pesquisa, a contratação de pesquisadores, podiam ser propostos ao Conselho de Pesquisas, bem como foi logo iniciada em Boletim do Conselho a publicação de resultados de projetos por ele financiados. Ligado a ele também, o Centro de Informações Bibliográficas.

Pelo Regimento da Reitoria, de 5 de setembro de 1960, além do Conselho de Pesquisas, já estavam criados, como órgãos de pesquisa e técnico-científicos, o Instituto de Bioquímica, o Instituto de Física, o Instituto de Geologia, o Instituto de Matemática, o Instituto de Mecânica, o Instituto de Mecânica Agrícola, o Instituto de Pesquisas Químicas e o Hospital de Clínicas.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe nova reformulação aos objetivos da Universidade brasileira refletindo-se, com os novos Estatutos de 12 de setembro de 1962, na Universidade do Paraná. O ensino superior passava a ter por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário (art. 66). Esta agora passava a ter por objetivo, a educação e o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a cultura filosófica, científica, literária e artística em geral, bem como formar profissionais de nível universitário e cooperar, por todos os meios, com o sistema de educação do povo (art. 2º). Tudo, com vistas às realidades brasileiras, os problemas regionais e os superiores interesses da humanidade.

A organização da pesquisa, porém, pouco se alterou na Universidade do Paraná com os Estatutos de 1962. Apenas, o Conselho de Pesquisas passava, ao lado das Faculdades e Escolas, a ser considerado um estabelecimento integrante da Universidade.

Continua-se a falar no estímulo ao espírito de investigação original indispensável ao progresso das ciências. Assim, a Universidade, pelas suas congregações estatutariamente podia conceder dispensa das obrigações de magistério, até um ano, aos professores que se devotassem à pesquisa em assuntos de sua especialidade, no país ou no estrangeiro, sem prejuízo dos seus direitos e vantagens. Somente quando se tratava de afastamento ao Exterior, era necessária prévia autorização do Governo Federal.

A Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, a lei do Estatuto do Magistério Superior, inaugura a legislação de Reforma Universitária. Ela definia o que se deve entender como atividades de magistério superior. São aquelas pertinentes ao sistema indissociável do ensino e pesquisa, para fins de transmissão e ampliação do saber (art. 2º).

Além dos professores, a lei incluía como classes de magistério superior aquelas de pesquisador-chefe, pesquisador-associado e pesquisador-auxiliar, situando-se na mesma hierarquia de professores-catedráticos, professores-adjuntos e professores-assistentes, gozando de idênticas vantagens pecuniárias.

Nas unidades universitárias, o pessoal docente, professores e pesquisadores, era distribuído em subunidades didáticas ou de pesquisa, constituídas de cadeiras ou laboratórios de atividades afins.

A Lei estabelecia como *regime normal* a prestação de 18 (dezoito) horas semanais de trabalho e como *regime de tempo integral* o exercício da atividade funcional com dedicação exclusiva, ficando o ocupante de cargo de magistério superior proibido de exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo, embora de magistério, ou qualquer outra função ou atividade que tivesse o caráter de emprego (art. 39). Os Estatutos determinariam em que áreas seria obrigatória a adoção do regime de tempo integral (art. 40). Porém, os ocupantes de cargos das classes de pesquisadores exerceriam a sua atividade em regime de tempo integral (art. 40, parágrafo único).

A adoção do regime de tempo integral em áreas nas quais não fosse obrigatório dependia da demonstração da existência de instalações, equipamentos e recursos para o aproveitamento intensivo das oportunidades de trabalho (art. 41, § 2º).

Concluída a reclassificação do pessoal docente, verificou-se que, em 1966, existiam na Universidade Federal do Paraná 1.067 professores e 11 pesquisadores, ou seja, 1.078 integrantes do Magistério superior. Deles, apenas 40 se encontravam em regime de tempo integral, ou seja, 3,7%.

Sucedem-se os decretos-leis nº 53, de 18 de novembro de 1966, e nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, insistindo na unidade das funções de ensino e pesquisa, com as unidades universitárias, faculdades, escolas ou institutos,

definidas como órgãos simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos. O último, principalmente, criando o Departamento como a menor fração da estrutura universitária, passava a compreender disciplinas afins e a congregar professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa.

Por sua vez, a Lei n.º 5.539, de 27 de novembro de 1968, determinou que haveria apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio da integração entre o ensino e pesquisa (art. 32, § 1º). Seriam, em conseqüência, extintas as classes de pesquisadores que se integravam naquelas dos professores, aproveitados nos níveis correspondentes destes, conforme norma complementar estabelecida pelo Decreto de n.º 465, de 11 de fevereiro de 1969 (art. 12).

A Lei n.º 5.539/68 determinava, ainda, o regime de trabalho do pessoal superior abrangendo duas modalidades: a de dedicação exclusiva e aquela em função do número de horas semanais, instituindo a Copertide. Por sua vez, a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, recomendava às Universidades que progressivamente e na medida dos seus interesses ou de suas possibilidades, estendessem a seus docentes o regime de dedicação exclusiva, abrangendo toda a Universidade (art. 34).

O Decreto n.º 64.086, de 11 de fevereiro de 1969, estabelecia, aliás, as bases de um programa de implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, para a carreira do magistério superior federal. Este decreto considerou a existência de três regimes de trabalho: o regime de 12 horas semanais, o regime de 22 horas semanais, em turno completo e o regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Este último exigia um mínimo de 40 horas semanais, com o compromisso de trabalho em dois turnos completos e aquele de não exercer outro cargo, função ou atividade remunerada, em órgão público ou privado.

A Universidade Federal do Paraná adaptou-se a essa legislação reformista pelo Estatuto de 22 de maio de 1970. Obedecendo ao princípio da unidade de ensino e pesquisa, a Universidade objetivava formar profissionais técnicos e cientistas, promover a educação e o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento, e a cultura filosófica, científica, literária e artística, assim como contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade sob a forma de cursos, estudos e serviços.

Adotava a organização de Institutos que concentravam o ensino e pesquisa básica, formando um sistema comum para toda a Universidade (Instituto de Matemática, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas e Instituto de Letras e Artes) e de Faculdades que ministravam o ensino, formação profissional e pesquisa aplicada (Faculdade de Direito, de Medicina, de Engenharia, de Educação, de Enge-

nharia Química, de Economia e Administração, de Odontologia, de Farmácia, de Agronomia, de Veterinária e de Florestas). Era mantido o Instituto de Bioquímica, com base no art. 11, do Decreto-Lei nº 252/67, enquanto que a Faculdade de Engenharia Química ministraria o ensino básico e formação profissional. Eram também incluídos como órgãos suplementares da Reitoria, o Centro de Computação Eletrônica, o Centro de Microscopia Eletrônica, os Centros de Tecnologia e Estações Experimentais, como o Centro de Pesquisas Florestais, além da previsão de outros Centros de Estudos e Pesquisas.

Contudo, deixava de existir estatutariamente o Conselho de Pesquisas. Entre os órgãos de administração superior era criado pelo Estatuto de 1970, o Conselho de Ensino e Pesquisas, a quem competia superintender e coordenar, com poder deliberativo, as atividades universitárias de ensino e pesquisa, assim como decidir sobre a admissão de docentes ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva (art. 22). Instalado o Conselho, incluiu no seu Regimento, uma Câmara de Pesquisas.

Aos Departamentos era atribuída a competência de promover o desenvolvimento da pesquisa e sua articulação com o ensino, ainda que na estrutura universitária fossem previstos centros de estudos e pesquisas.

As congregações guardavam a competência de pronunciar-se sobre o afastamento de ocupante de cargo do magistério, a fim de que se devotasse a pesquisas em assuntos de sua especialidade no país ou no estrangeiro, sem prejuízos de seus direitos e vantagens, já agora sem o prazo limitativo de um ano.

O Estatuto de 1970 dedica um grande capítulo à pesquisa (capítulo IV, arts. 63 a 66), sobretudo explicitando as modalidades de incentivos à pesquisa que seriam empregados, como a concessão de bolsas especiais, auxílios para projetos específicos, capacitação do pessoal docente, intercâmbio, promoção e participação em congressos, divulgação dos resultados das pesquisas. A Universidade consignaria obrigatoriamente, em seus orçamentos, recursos destinados às atividades de pesquisa.

No que se refere ao desenvolvimento da pesquisa na Universidade Federal do Paraná, não pode deixar de ser mencionada a decisiva contribuição dos centros de pós-graduação nela estabelecidos a partir de 1965 e da criação, em 1970, da Coordenação de Cursos de Pós-Graduação.

Pode-se afirmar que a pesquisa científica na Universidade Federal do Paraná não está apenas nos cursos de pós-graduação, mas está sobretudo nos cursos de pós-graduação alguns reconhecidos como centros de excelência pelo CNPq e por organismos internacionais.

O ano de 1970, com o programa de implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, desenvolvido por alguns Departamentos com

tradição de pesquisa, foi de importância, pois nada menos de 520 projetos de pesquisa foram aprovados pelo Conselho de Pesquisas, com vistas à concessão de regimes de tempo integral e dedicação exclusiva, encaminhados pela *Copertide*.

Porém, não tivera tempo ainda, a Universidade Federal do Paraná para ensaiar, e muito menos para colher resultados da estrutura de 1970, quando teve de implantar, a partir das bases aprovadas pelo MEC, em 1973, uma reforma mais radical instituída pelo Estatuto de 14 de novembro de 1974.

Mantida a unidade das funções de ensino e pesquisa, e tendo entre os seus objetivos, aquele de desenvolver a pesquisa nas várias áreas de conhecimento (art. 2º, IV), adotava-se um sistema comum de ensino e de pesquisa básicos, coordenado pelos Setores de Ciências Exatas, de Ciências Biológicas, de Ciências Humanas, Letras e Artes, enquanto que o ensino profissional e a pesquisa aplicada passavam à competência dos Setores de Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, de Tecnologia e Ciências Agrárias.

Organiza-se o Conselho de Ensino e Pesquisa, incluindo estatutariamente uma Câmara de Pesquisa (art. 20, alínea d), cria-se uma Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, bem como é previsto o incentivo à pesquisa pela concessão de bolsas especiais, concessão de auxílios a projetos, formação de pessoal, realização de acordos e convênios, intercâmbio com outras instituições científicas, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e promoção de congressos e participação em iniciativas semelhantes de outras instituições. O Estatuto de 1974 consigna expressamente que a Universidade destinará, em seus orçamentos, verbas à pesquisa com a constituição de Fundo Especial.

Em decorrência a este Estatuto, a Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa passou a incluir uma Coordenação de Pesquisa.

Em meados de 1981 houve grande reflexão acerca dos objetivos de uma Coordenação de Pesquisa na Universidade, considerando-se que a atividade de pesquisa é necessária, importante e bem vinda. Sobretudo, que ela deve atingir a Universidade no seu todo, deixando de constituir ilhas desarticuladas para continentalizar-se na Universidade em toda a amplitude universitária. Este, constitui o primeiro objetivo de uma Coordenação de Pesquisa: a extensão da presença harmônica das atividades de pesquisa em todos os campos e setores da Universidade. Portanto, sua estruturação e articulação.

Considerando-se o desempenho dessa estrutura, em termos de níveis de otimização qualitativa e sua produtividade de efeitos multiplicadores positivos, ela necessita de administração eficiente. Este, o segundo objetivo da Coordenação de Pesquisa.

Ela devia, assim, estar capacitada para, a nível central, estruturar, articular, cadastrar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de pesquisa na Universidade. São as funções da Coordenação de Pesquisa.

A fim de cumprir essas funções, a Coordenação de Pesquisa implantou um sistema automatizado de informações relativas à pesquisa na Universidade, o *Banpesq* que, no início de 1982, registrou 747 projetos envolvendo 905 docentes, 166 estudantes, 98 técnicos ou especialistas, e 76 colaboradores de outras instituições.

A Universidade Federal do Paraná dispõe, assim, de um sistema de cadastro para onde convergem os dados sobre a pesquisa nela desenvolvida e que permite visão global acerca do interesse científico de seus pesquisadores.

Sem dúvida, a implantação do *Banpesq* assinala um ponto decisivo na história da institucionalização da pesquisa na Universidade. Sobretudo, porque ele propiciou à comunidade universitária a discussão e a crítica do nível científico dos projetos desenvolvidos, possibilitando avaliações e avanços de natureza qualitativa.

Segundo os registros do *Banpesq*, para o ano de 1986, do total de 1.868 professores da Universidade, 967, ou seja, 51,8% estavam ligados aos projetos de pesquisa ali cadastrados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ Nº DE PESQUISADORES EM 1986

Setores	Nº de Professores	Nº de Pesquisadores	%
Ciências Exatas	237	63	27,1
Ciências Biológicas	225	174	77,3
Ciências Humanas, Letras e Artes	224	175	78,1
Educação	94	69	73,4
Ciências Sociais Aplicadas	121	24	19,8
Ciências da Saúde	429	204	47,5
Tecnologia	316	137	43,3
Ciências Agrárias	141	101	71,6
Ciências Jurídicas	71	20	28,1
TOTAL	1.868	967	51,8

FONTES: PROPLAN e BANPESQ.

A Universidade Federal do Paraná, no seu programa de alcance de metas universais e humanas, portanto, nacionais e regionais que as efetivam a partir de projetos e atividades de ação mediata e imediata, particularmente no campo da pesquisa, pode apresentar exemplificativa de extraordinária contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tanto no que se refere à contribuição de recursos humanos formados na Universidade e entregues ao mercado de trabalho, como em avanços técnicos e científicos alcançados pelos experimentos universitários.

Ainda que, academicamente, possa apresentar-se como desinteressada, a pesquisa universitária na conjuntura atual está, sem dúvida, conotada aos pressupostos do desenvolvimento econômico e à promoção social e humana das comunidades regionais em que a Universidade encontra-se inserida.

Assim, a Universidade Federal do Paraná, por intermédio dos seus docentes/pesquisadores, tem estado à problemática nacional, seja na ordem da pesquisa pura, como no que se refere às suas aplicações, práticas e imediatas, como nas considerações de ordem filosófica e doutrinária. Desta maneira, a Universidade sem perder-se das correntes universais do pensamento que fazem a essência da sua *universitas*, encontra-se com a pesquisa adequada às características regionais e contribuindo de modo concreto para o desenvolvimento nacional.

Blank Page

EXTENSÃO NA UFPR

Segundo Vitor do Amaral, o surto de progresso rápido do Estado do Paraná, as oportunidades do ensino livre, “foram a causa eficiente da instauração do ensino superior”, abstraído, aliás, de quaisquer intuítos mercantis. O desejo dos fundadores era o de “. . . criar neste Estado uma Universidade para a habilitação do exercício das profissões liberais, para promover o progresso científico . . .”.

Assim, desde a sua fundação, procurou a Universidade do Paraná, o contato com outros estabelecimentos de ensino superior do País. Recebeu visitas ilustres, atraídas inclusive pela imponência do Palácio da Universidade que, arquitetonicamente, destacava-se na planura curitibana. Professores de São Paulo e do Rio de Janeiro, pronunciavam conferências nas suas Faculdades.

Com a restauração, constituía competência do Conselho Universitário, organizar, de acordo com as propostas oriundas das Faculdades, cursos, conferências e demais atividades de extensão universitária. A Reitoria já incluía na sua organização um Departamento Cultural e no Relatório de 1946, o Reitor Vitor Ferreira do Amaral e Silva dizia que o intercâmbio universitário era realizado por meio de conferências e seminários realizados por eminentes professores visitantes, quer por convite direto, quer em trânsito pela Capital paranaense.

A participação de professores convidados em bancas examinadoras de concursos era uma forma também de intercâmbio cultural, assim como a promoção de reuniões e congressos em cooperação com sociedades científicas e o Governo do Estado.

A Faculdade de Medicina, por exemplo, logo após a restauração da Universidade, constatada a tuberculose como responsável por 7,6% do obituá-

rio de Curitiba, em colaboração com a Sociedade Paranaense de Tisiologia, promovia em outubro e novembro de 1946, curso intensivo sobre tuberculose. Nesse mesmo ano, seus professores colaboravam na promoção da Semana Regional de Medicina no Norte do Paraná, em Londrina. A Revista Médica do Paraná, no seu noticiário, está repleta de exemplo das atividades de extensão da Universidade.

Outras revistas, como a do Paraná Judiciário, a do Círculo de Estudos Bandeirantes, também evidenciam a participação dos docentes das faculdades superiores do Paraná nas promoções científico-culturais paranaenses.

Em 1949, o Reitor da Universidade do Paraná apresentava ao Conselho Universitário sugestão no sentido da Universidade realizar cursos de extensão em cidades do interior do Estado, como Londrina, Jacarezinho, Ponta Grossa e Paranaguá. Esse ano, aliás, foi de grande atividade. Professores estrangeiros, como Cristian Bouskov, Luiz Jimenez de Asúa, Theodoro Dobzanski, Reinhard Maack, Guido Ruiz Moreno, realizavam cursos e conferências sob o patrocínio da Reitoria. Esta patrocinava as homenagens prestadas a Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa.

Assumindo a Reitoria, Flávio Suplicy de Lacerda apresenta um plano de conferências e cursos na Capital e no Interior, pensamento, aliás já expressado pelo Reitor Macedo Filho. Em novembro era realizada a Semana Universitária de Londrina, promovida pela Universidade do Paraná.

Porém, foi com a federalização que, institucionalmente, a partir do Estatuto de 1952, se organizam as atividades de extensão. Nele, foram previstos cursos de extensão destinados à difusão do conhecimento da técnica, compreendendo duas modalidades, cursos de extensão popular e cursos de atualização cultural, coordenados e patrocinados pela Reitoria.

Assim, teve início grande movimentação no âmbito universitário, criando-se uma Assessoria Cultural do Reitor. Ressalta-se, por exemplo, que devendo inaugurar-se, em 1953, a Biblioteca Pública do Paraná, a Reitoria da Universidade do Paraná promoveu curso especial intensivo de Biblioteconomia para a formação de bibliotecários capazes do seu moderno atendimento.

Entre os 41 cursos e conferências promovidos pela Reitoria, nesse ano, aqueles matriculando 1.515 alunos, destacam-se os cursos sobre "Bandeiras e Bandeirantes no Paraná", prelecionado por Jayme Cortesão, e o de Direito Penal, com Luiz Jimenez de Asúa. Esse ano, justamente, assinalava os 40 anos da fundação da Universidade foi, assim, de grande movimentação com vistas ao envolvimento da comunidade paranaense.

Por sua vez, o ano do Centenário da Emancipação Político-Administrativa do Paraná, foi comemorado, sob o patrocínio do Governo do Estado, com a realização de inúmeros congressos científicos com a participação direta da

Universidade. Cumpre notar a realização do Primeiro Congresso dos Reitores das Universidades Brasileiras que seria o ponto de partida para a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Além de várias conferências, foram realizados pela Reitoria, 12 cursos de extensão universitária, com 2.146 alunos matriculados.

Com o novo Estatuto da Universidade federalizada e respectivo Regimento da Reitoria, esta incluiu na sua organização o Departamento de Educação e Cultura, promotor das atividades de extensão universitária. Em 1954, foram realizados 12 cursos de extensão, matriculando 1.210 alunos, além de 11 conferências. Entre os visitantes conferencistas, destacam-se, por exemplo, o historiador francês Emilo Coornaert, o etnólogo português Jorge Dias e o escritor e médico brasileiro Pedro Nava.

Em 1955, a Reitoria da Universidade do Paraná promoveu 12 cursos de extensão universitária, entre os quais, aqueles do antropólogo Darci Ribeiro, do zoólogo norte-americano George Gaylord Simpson, do físico húngaro John Kudar e do biólogo alemão G.C. Hirsh.

Em 1956, a Reitoria patrocinou 15 cursos de extensão que matricularam 1.570 alunos, bem como 11 conferências com professores de São Paulo, Rio de Janeiro, França, Estados Unidos e Argentina. Destaca-se a presença do arqueólogo francês Joseph Emperaire e do economista americano Jay W. Wiley. Entre os visitantes nacionais, a presença de Hermes Lima e Flaminio Fávero.

Ainda nesse ano, a Universidade do Paraná sediou parte do Congresso Internacional de Geografia que se realizava no Brasil.

No ano seguinte, também foram promovidos 15 cursos de extensão, freqüentados por 670 alunos, além de 4 conferências. Entre os conferencistas, esteve o Ministro da Educação, Professor Clovis Salgado, que, aliás, proferiu a aula inaugural da Universidade, bem como o Professor Antonio Almeida Junior que, na Assembléia Universitária de 19 de dezembro de 1957, tratou do projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se discutia no Congresso.

O ano de 1958 assinalou grande movimentação das atividades de extensão universitária, com a organização do Coral Universitário e da Orquestra Sinfônica da Universidade.

Esta Orquestra havia sido fundada em 1946 por alguns universitários que se dedicavam à música, com o nome de Orquestra Estudantil de Concertos. Vivia-se em Curitiba extraordinária conjuntura de interesse pela música, haja vista a criação da Sociedade Artística Brasflio Itiberê — Scabi que promoveu a apresentação dos maiores concertistas internacionais em Curitiba.

Em 1958, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda oficializou esta Orquestra, embora entidade autônoma, com administração própria, porém a partir desse ato, subvencionada e reconhecida pela Reitoria da Universidade.

Composta de 74 figurantes, único conjunto sinfônico existente no Estado do Paraná, a Orquestra passou a apresentar-se regularmente no auditório da Reitoria e do Teatro Guaíra, excursionando inclusive para apresentações, com êxito, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (1960), no Teatro Municipal de São Paulo (1961), obtendo consagração nacional.

O Coral da Universidade do Paraná, desde 1958 realizou suas apresentações. Além de participar regularmente nas temporadas oficiais da Reitoria, no seu Auditório, que se realizavam duas vezes ao ano, o Coral tomava parte em eventos marcantes da vida social, religiosa e cultural do Estado, além de suas excursões a outros Estados e mesmo ao exterior. Sua apresentação, por exemplo, em 1959, com a Orquestra Sinfônica de São Paulo, na Capital paulista, foi qualificada pela crítica especializada, entre as melhores daquele ano.

No ano de 1960, o Coral viveu grandes momentos, como a apresentação em praça pública perante milhares de participantes do VII Congresso Eucarístico Nacional, em Curitiba, além daquelas no Rio de Janeiro. A alta qualidade artística do conjunto era, por todos, reconhecida.

Com a finalidade de proporcionar ao povo paranaense a oportunidade de participar da vida universitária, a Reitoria da Universidade do Paraná, passou a promover desde 1961 a realização de cursos especiais denominados "Cursos de Verão", por ocasião das férias escolares do início do ano.

Nesse ano, foi promovido o curso versando sobre "Temas de Administração". Nele foram inscritos 777 alunos, sendo 64 funcionários públicos federais, 71 funcionários públicos estaduais, 42 funcionários públicos municipais, 102 funcionários ferroviários e 493 alunos constituídos de gerentes, contadores, escriturários de organizações industriais e comerciais paranaenses, de profissionais liberais, professores, militares e estudantes.

Foram prelecionadas 29 aulas, com o comparecimento médio de 465 alunos, ou seja, 60% dos mesmos.

Durante o ano de 1960 foram ainda promovidos pela Reitoria, 10 cursos de extensão universitária e 9 conferências. A Reitoria patrocinou também 17 concertos ou recitais artísticos, 5 espetáculos de dança e 3 de teatro.

O ano de 1961 também assinala grande movimento na área da extensão universitária. Além dos Cursos de Verão, foram promovidos 10 recitais, 3 espetáculos de dança e 4 de teatro.

Esse ano, porém, é assinalado pela realização da Primeira Universidade Volante, iniciativa que resultou de convênio entre a Universidade do Paraná,

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
1946/1986

Anos	Nº	Participantes
1946	.	.
1947	.	.
1948	.	.
1949	.	.
1950	.	.
1951	.	.
1952	41	1.515
1953	12	2.146
1954	12	1.210
1955	12	618
1956	15	1.570
1957	15	637
1958	15	.
1959	8	.
1960	10	.
1961	30	.
1962	28	.
1963	41	.
1964	33	2.643
1965	50	6.600
1966	31	2.725
1967	29	.
1968	.	.
1969	55	4.630
1970	53	4.603
1971	54	5.622
1972	.	.
1973	.	.
1974	25	2.023
1975	.	.
1976	49	2.767
1977	26	2.617
1978	48	4.052
1979	56	5.755
1980	63	4.560
1981	59	3.575
1982	87	3.955
1983	75	3.035
1984	72	4.645
1985	105	3.438
1986	90	2.804

FONTE: Anuários e Relatórios da Universidade Federal do Paraná.

o Governo do Estado e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e consistiu na realização de uma série de cursos especiais, atividade pioneira no sentido da interiorização da Universidade.

Os objetivos desse empreendimento cultural, eram:

a) Democratização da Universidade que se concretizava pela abertura de suas portas ao povo e por ele se fazia compreendida.

b) Desenvolvimento cultural e técnico das populações do interior do Estado, através de cursos de atualização e orientação, altamente práticos e ao alcance de todas as camadas do povo e que atendessem aos reclamos das reivindicações regionais.

c) Motivação para o desenvolvimento cultural geral, encaminhando a cultura, por intermédio da Universidade, a todas as partes em que ela se fizesse necessária.

A sessão inaugural da Primeira Universidade Volante, na cidade de Ponta Grossa, contou, inclusive, com a presença do Presidente da República, Janio Quadros.

Foram atendidos, nessa ocasião, 3.627 alunos dos municípios de Ponta Grossa, Imbituva, Ipiranga, Irati, Castro, Piraí do Sul, Palmeira, Rebouças, Reserva, Tibagi, Teixeira Soares, Curitiba, Jaguariaíva, Guarapuava, Sengés e Arapoti, os quais alcançaram a frequência média de 78,3%.

Na Primeira Universidade Volante, foram ministrados temas de Medicina freqüentados por 232 alunos, de Administração por 623 alunos, de Urbanismo e Saneamento por 1.102 alunos, e de Pedagogia e Didática por 1.577 alunos.

Desta maneira, a Primeira Universidade Volante atendeu a 14 municípios, ministrando 5 temas distribuídos por 27 cursos proferidos por 60 professores.

Em 1962, repetiu-se com êxito a experiência em Londrina, com a Segunda Universidade Volante atendendo 14 municípios e abrangendo 22 temas ministrados por 106 professores em 37 cursos, freqüentados por 13.000 alunos inscritos.

Nesse ano, a Universidade do Paraná comemorava o cinquentenário da sua fundação. Assim, sob o patrocínio da Reitoria, realizaram-se diversos congressos e simpósios, na Universidade, além de intensa atividade cultural com a apresentação da Orquestra Sinfônica e do Coral Universitário. Datam, aliás, desse ano, as apresentações da Orquestra Juvenil, da Orquestra Sinfônica da Universidade do Paraná, em Curitiba e em várias capitais brasileiras.

Em 1963, foram realizadas duas Universidades Volantes, a Terceira, em Maringá, e a Quarta, em Jacarezinho.

A Terceira Universidade Volante abrangeu 24 municípios do Norte paranaense, com 23.631 alunos inscritos. Ministrou 12 grandes temas distribuídos

por 28 cursos proferidos por 116 professores. Por sua vez, a Quarta Universidade Volante atendeu a 12 municípios, ministrando 6 temas por intermédio de 17 cursos lecionados por 33 professores, com 6.860 alunos matriculados.

A Quinta Universidade Volante foi realizada em Paranaguá, objetivando atender a todos os municípios do litoral paranaense. Foram tratados sete grandes temas, distribuídos por 19 cursos dados por 31 professores e freqüentados por 3.630 alunos.

As Universidades Volantes voltaram a realizar-se em 1968, com o retorno à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda. A Sexta Universidade Volante teve por sede a cidade de Cascavel, atendendo a 16 municípios do Sudoeste, ministrados 9 temas em 55 cursos dados por 100 professores e freqüentados por 8.638 alunos.

Atendendo a 40 municípios do Noroeste paranaense, a Sétima Universidade Volante realizou-se, em 1969, em Paranavaí, com 54 cursos concentrados em torno a 11 temas, ministrados por 112 professores a 18.758 alunos inscritos. Ainda no ano de 1969, a Universidade Federal do Paraná participou das comemorações do Bicentenário da Freguesia de Santo Antonio da Lapa, ali realizando 16 cursos sobre 5 temas, proferidos por 49 professores a 2.514 alunos inscritos.

Em Curitiba, nos meses de janeiro e fevereiro de 1969, foram promovidos 25 Cursos de Verão, com 3.637 inscritos. Durante o ano foram realizados pela Reitoria, 57 cursos de extensão universitária, com 4.756 alunos inscritos e certificados expedidos.

Em 1970, foi realizada com sede em Campo Mourão a Oitava Universidade Volante, abrangendo 15 temas por intermédio de 70 cursos dados por 154 professores a 6.878 alunos inscritos. Durante o ano, a Reitoria promoveu ainda 53 cursos de extensão e de verão, com o total de 4.603 inscritos, expedidos 3.968 certificados.

No ano de 1971, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná promoveu 14 Cursos de Verão, prelecionados por 30 professores a 1.041 alunos inscritos. Durante o ano letivo, realizou 49 cursos de extensão universitária, ministrados por 198 professores a 4.533 alunos inscritos. Realizou ainda 5 cursos no interior do Estado, por 8 professores para 1.089 alunos inscritos. Desse modo, as atividades de extensão universitária totalizaram 68 cursos, envolvendo 236 professores e 6.663 alunos.

Considerando a eventualidade do atendimento às populações interioranas pelas Universidades Volantes e cursos isolados, bem como a reduzida participação de estudantes, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná determinou a realização, em 1972, da promoção denominada "Mini-Campus", pela qual, mediante convênios com as Prefeituras Municipais, as Faculdades de

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSOS DE VERÃO**

Anos	Nº	Participantes
1960	1	777
1961
1962	15	3.478
1963	33	...
1964	14	2.520
1965	21	2.449
1966	18	2.254
1967	13	2.412
1968	32	4.000
1969	25	3.637
1970
1971	14	1.041

FONTE: Anuários da Universidade Federal do Paraná.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROMOÇÕES DA UNIVERSIDADE VOLANTE**

Nº	Sede	Data	Nº Municípios	Temas	Cursos	Professores	Inscritos
I	Ponta Grossa	08/61	14	5	27	60	4.500
II	Londrina	03/62	14	22	37	106	13.000
III	Maringá	05/63	24	12	28	116	23.631
IV	Jacarezinho	11/63	12	6	17	33	6.860
V	Paranaguá	11/64	5	7	19	31	3.630
VI	Cascavel	10/68	16	9	55	100	8.638
s/n	Lapa	05/69	1	5	16	49	2.514
VII	Paranavaí	10/69	40	11	54	112	18.758
VIII	Campo Mourão	06/70	24	15	70	154	6.828
TOTAL			150	92	323	761	88.359

FONTE: Anuário da Universidade Federal do Paraná, 1970, p. 142.

Agronomia e de Veterinária levaram aos municípios de Coronel Vivida e de Foz do Iguaçu, equipes de professores e alunos que, mensalmente, durante uma semana de trabalhos intensos, realizavam palestras e demonstrações sobre assuntos agropecuários de interesse regional.

Esta promoção propiciava, assim, constância na assistência ao homem rural, treinamento dos estudantes pela sua participação ativa nos trabalhos, bem como conhecimento do ambiente de sua futura atividade profissional.

Essa atividade de extensão universitária ampliou-se ainda em 1973, com a adoção pela Reitoria do programa do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, objetivando proporcionar aos concluintes dos Cursos da Universidade treinamento eficaz em condições diversas daquelas ofertadas na Capital ao tempo que prestavam ação comunitária da mais alta valia, supervisionados por seus professores.

A ação do CRUTAC-PR seria desenvolvida por intermédio de Núcleos que teriam sob a sua responsabilidade grupos de municípios, em consonância com suas relações e interdependências sócio-geo-econômicas.

O Regimento Geral da Universidade, aprovado em 27 de dezembro de 1974, deu um grande espaço para as atividades de extensão universitária, desde a criação da função de Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, encarregado da sua promoção, a um extenso capítulo sobre as suas finalidades, a institucionalização do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC-PR, dos “campi” avançados, assim como dos programas de integração Universidade – Empresa – Governo, estes últimos com vistas ao ajuste do ensino às necessidades do mercado de trabalho.

Os cursos de extensão continuavam oferecidos à comunidade com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com o seu conteúdo e o sentido que assumissem em cada caso.

Desta maneira, o CRUTAC-PR vem mantendo a Unidade Fixa de Saúde Comunitária, da Lapa, constituída por dois gabinetes odontológicos. A Unidade proporciona estágios supervisionados a acadêmicos da área de saúde, de maneira integrada, atendendo a população da Lapa e de municípios vizinhos. Mantém, ainda, uma Unidade Móvel, também constituída por dois gabinetes odontológicos, com os mesmos objetivos, atendendo porém, em rodízio, populações carentes de municípios da área de influência da Universidade Federal do Paraná.

O CRUTAC-PR, desenvolve treinamento em atividades físico-recreativas e artísticas para professores do pré-escolar e das séries iniciais do ensino de 1.º grau em diversos municípios do Estado do Paraná (zona rural e urbana), envolvendo estudantes e professores da Universidade. Com acadêmicos do

Setor de Tecnologia, promove treinamento em Educação Sanitária, com vistas à melhoria das condições de saneamento da zona rural.

Finalmente, a ação do CRUTAC-PR realiza-se pelo “Programa de Mobilização Rural para o Desenvolvimento”, em diversos municípios paranaenses, envolvendo equipes multidisciplinares, constituídas por estudantes e supervisores e objetivando a promoção do homem paranaense da zona rural.

De 1972 data também o início da atuação da Universidade Federal do Paraná no Programa Campus Avançado levado a efeito pelo Ministério do Interior e Fundação Projeto Rondon.

À Universidade Federal do Paraná coube o Campus Avançado de Imperatriz, cidade situada às margens do rio Tocantins, no Estado do Maranhão e fronteira com Goiás.

A abertura da rodovia Belém — Brasília e o incentivo dado às atividades agropecuárias na região amazônica, trouxeram acelerado aumento da população de Imperatriz que, em 1970, possuía cerca de 35.000 habitantes e, em 1982, mais de 350.000 mil habitantes.

Esse crescimento rápido, as carências da região, mas sobretudo, suas potencialidades, determinaram a criação do Campus Avançado, com objetivos não apenas de atendimento à comunidade local, bem como de ensino e pesquisa e melhor formação e treinamento dos universitários.

Em julho de 1972, a Câmara Municipal de Imperatriz aprovava a doação da área de 140 mil metros quadrados ao Ministério do Interior, para a instalação física do Campus. Logo, no mês seguinte, a primeira missão da Universidade Federal do Paraná, constituída de professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, efetivava o projeto arquitetônico da sede do Campus. Em 23 de setembro de 1972, era assinado o primeiro Convênio entre o Ministério do Interior, Fundação Projeto Rondon e a Universidade Federal do Paraná, mantenedor do Campus, sendo este oficialmente inaugurado. Este Convênio foi renovado por vários anos.

Durante os dez primeiros anos do Campus foram ali implantados vários projetos nas áreas de Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Bioquímica, Comunicação Social, Ciências Biológicas, Direito, Economia e Administração, Educação (Letras, Estudos Sociais, Ciências, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais), Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Medicina e Enfermagem (em colaboração com a Universidade Federal do Maranhão), Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Turismo.

**CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ
PROJETOS IMPLANTADOS – 1972/82
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA UFPR**

Áreas	Professores	Alunos
Agronomia	10	62
Arquitetura e Urbanismo	2	15
Biblioteconomia	4	58
Bioquímica	5	53
Comunicação Social	4	51
Ciências Biológicas	12	30
Direito	2	26
Economia e Administração	5	69
Educação	46	233
Educação Física	2	73
Engenharia Civil	3	64
Engenharia Florestal	6	49
Medicina e Enfermagem	12	69
Medicina Veterinária	16	134
Odontologia	4	146
Psicologia	4	8
Serviço Social	8	73
Turismo	1	32
TOTAL	146	1.245

FONTE: GTU.

Dentro dessas áreas de atuação foram ministrados cursos, palestras e orientações didáticas, pedagógicas e sociais, envolvendo o trabalho de 122 equipes constituídas de 146 professores e 1.245 acadêmicos, e 65.145 participantes.

Com a nova orientação do Governo Federal, as Universidades deixaram de atender aos *campi* avançados, retirando-se a Universidade Federal do Paraná daquele de Imperatriz.

CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ
1972/82

Atividades	Participantes
55 Cursos	7.544
Treinamento de pessoal	321
Palestras	11.890
Conferências	870
Profilaxia oral/buchecho com fluor	35.000
Tratamento dentário	9.520
TOTAL	65.145

FONTE: GTU.

Se, com a criação permanente do CRUTAC-PR e do Campus Avançado de Imperatriz, cessaram as promoções da Universidade Volante, todavia permaneceram as ofertas das Universidade Federal do Paraná em relação aos cursos de extensão universitária promovidos diretamente pela Reitoria ou sob o seu patrocínio.

Outra forma de importância de extensão dos serviços da Universidade à comunidade regional e nacional, tem sido a realização de Convênios com entidades oficiais e privadas, nacionais e estrangeiras.

Alguns desses Convênios têm sido de extraordinário alcance no que tange ao próprio desenvolvimento da Universidade, promovendo a melhoria do ensino e da pesquisa, além da capacitação docente. Haja vista o Convênio celebrado entre a Escola de Florestas e a Universidade Albert Ludwigs, de Freiburg, República Federal da Alemanha. Outros, de efeitos multiplicadores nacionais, como aqueles celebrados com a COPEL, a ELETROBRÁS, a Itaipu Binacional, a Eletro-Norte, para a construção e testagem de modelos reduzidos e outros serviços, de importantes hidrelétricas em construção no Paraná e no País.

**CONVÊNIOS MANTIDOS PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Nº DE CONVÊNIOS**

Anos	Vigentes	Assinados	Total
1976	75
1977	69	21	90
1978	75	74	149
1979	111	61	172
1980	98	71	169
1981	49	51	100
1982	57	66	123
1983	95	110	205
1984	143	75	218
1985	135	92	227
1986	...	94	...

FONTE: Relatórios das Atividades da Reitoria – 1976/1986.

O sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná, encontra-se aberto não apenas para seus alunos e professores, como para toda a comunidade curitibana, notadamente de consulentes de outros cursos superiores da Capital paranaense.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MOVIMENTO DAS BIBLIOTECAS**

Anos	Número de Livros		Número de Periódicos		Movimento	
	Títulos	Volumes	Títulos	Assinaturas	Consultas	Empréstimos
1976	140.881	178.973	8.872	1.775	10.883	10.883
1977	142.725	181.152	8.872	1.775	9.492	10.075
1978	148.543	191.220	9.375	2.378	13.639	13.356
1979	153.887	198.842	9.450	2.082	14.271	13.356
1980	156.839	202.542	9.472	1.206	20.995	16.688
1981	158.963	205.569	9.472	1.460	19.583	15.892
1982	162.853	211.530	9.472	1.560	23.798	20.107
1983	165.762	215.884	9.580	644	23.865	21.468
1984	169.772	220.761	9.958	536		365.043
1985	170.560	211.791	10.041	905	276.237	197.235
1986	175.000*	219.405	10.232	1.294	267.985	186.982

* Estimativa.

FONTE: Relatórios das Atividades da Reitoria – 1976/1986.

O Quadro do movimento das Bibliotecas evidencia que, no período de 1976/1986, o crescimento do número de títulos foi apenas de 19,5% e aquele do número de volume, de 18,4%. Dramaticamente, se o número de títulos de periódicos cresceu apenas de 8,7%, a queda do número de assinaturas realizadas, é reveladora da crise econômico-financeira atravessada pelo País e conseqüentes desvalorizações da moeda nacional e dificuldades de importação.

O movimento propriamente dito, ou seja, de consultas e empréstimos realizados, todavia, apresenta crescimento significativo, pois aquelas, no período, aumentaram em 2.462,0% e estes, em 1.718,0%.

Entre outros serviços prestados pelo sistema de Bibliotecas, devem ser assinalados:

a) LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

	Nº de Pedidos	Nº de Referências
1984	293	
1985	336	8.741
1986	246	5.619

b) EMPRÉSTIMO INTER-BIBLIOTECÁRIO

	Enviados	Recebidos
1984		
1985	1.011	506
1986	1.007	457

c) COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

	Pedidos pela Biblioteca	Pedidos à Biblioteca
1984	1.244	1.244
1985	2.876	5.331
1986	4.682	4.838

Além dos serviços referidos, o Sistema de Bibliotecas normaliza publicações da UFPR, é sede Regional do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos, que agrupa 53 bibliotecas do Paraná; efetua o depósito legal das publicações da comunidade UFPR na Biblioteca Nacional; publica o Catálogo da Produção Científica da UFPR.

Nas atividades de extensão universitária deve ser, ainda, referida a manutenção, desde 1958, do Museu de Arqueologia e Artes Populares, instalado no antigo Colégio dos Jesuitas, na cidade de Paranaguá.

Blank Page

EFEITOS DA LEI Nº 5.540/68 NA UFPR

Como já foi observado quando se tratou da estrutura organizacional da Universidade Federal do Paraná, a aplicação dos dispositivos da Lei nº 5.540, de 29 de novembro de 1968, ensejou na verdade duas reformas. A primeira, promovida pelo Estatuto de 1970 e a segunda por aquele de 1974 que consolidava o plano aprovado no ano anterior.

De acordo com o Estatuto de 1970, a Universidade Federal do Paraná era uma estrutura orgânica com base em Departamentos reunidos em unidades administrativas denominadas Institutos e Faculdades.

O Departamento, por sua vez, era composto de professores e auxiliares de ensino com responsabilidade docente nas disciplinas nele congregadas.

A chefia do Departamento, contudo, caberia unicamente a ocupante de cargo de professor titular, em exercício, eleito pelos professores que o compunham. Somente na impossibilidade de cumprimento desta regra estatutária, eram elegíveis professores adjuntos ou assistentes.

Resguardava-se desta maneira a hierarquia docente nos Departamentos e reservava-se o Conselho Departamental das unidades universitárias apenas para os professores titulares.

De outro lado, todos os ocupantes de cargo de professor titular tinham assento nas Congregações, sendo que as demais categorias do pessoal docente eram somente representadas, com mandatos de dois anos, vedada a recondução dos eleitos.

Sendo as listas sêxtuplas para a nomeação de Diretor e de Vice-Diretor organizadas pela Congregação na qual predominavam os professores titulares, era também afastada a possibilidade de escolha de docentes que não pertencessem a essa categoria.

Do mesmo modo, somente professores em exercício podiam ser eleitos pelos Departamentos para os colegiados de cursos.

O Estatuto de 1974 alterou profundamente essa estrutura administrativa e de poder, pois, de um lado acabou com as Congregações e, de outro, dispôs que as chefias e subchefias departamentais caberiam a ocupantes de cargos da carreira de magistério em exercício, nomeados pelo Reitor de lista tríplice elaborada pelos docentes dos respectivos Departamentos.

Professores assistentes e professores adjuntos, em geral as categorias mais numerosas, passaram a ocupar as chefias e, assim, a participar da composição dos Conselhos Setoriais.

Se, no caso da primeira reforma, o Estatuto privilegiava, na administração universitária de base, aos professores titulares, todavia, na composição do Conselho de Ensino e Pesquisas, órgão deliberativo da administração superior que inclusive participava da elaboração das listas sêxtuplas de Reitor e de Vice-Reitor, entrava um representante de cada uma das unidades universitárias, eleito pelo respectivo corpo docente, com mandato de dois anos. Ao contrário, o Estatuto de 1974 dispôs que o Conselho de Ensino e Pesquisas incluía um representante de cada unidade, eleito anualmente pelo respectivo Conselho Setorial, sendo permitida a recondução.

Ao novo Conselho de Ensino e Pesquisas, previsto no art. 13 da Lei nº 5.540/68, caberiam os graves encargos da implantação da reforma universitária. Instalado na Universidade Federal do Paraná, no final do ano de 1971, durante o ano seguinte, introduziu por meio de normas complementares ao Regimento Geral, o vestibular único e unificado, a matrícula por disciplina, a fixação de pré e co-requisitos, o sistema de créditos, o regime semestral, os currículos dos cursos de graduação, a instalação dos colegiados de cursos, a elaboração do catálogo de cursos, a fixação de vagas, normas para a transferência de alunos, normas para a revalidação de diplomas e certificados estrangeiros, normas para cursos de aperfeiçoamento e especialização, a estruturação do ciclo básico por áreas, etc.

A reforma de 1974 trouxe a redução do número das unidades universitárias, dos Departamentos e das disciplinas ministradas pela Universidade. Objetivou-se enxugá-la de todo supérfluo, bem como acabar com os resíduos das antigas cátedras e faculdades.

Essa redução provocou grandes alterações, sobretudo nos currículos plenos que foram todos reformulados, com repercussões diretas na vida acadêmica.

Os anos de 1972 a 1975 foram, assim, de movimentação, com acertos e dificuldades na caminhada de reforma. Entre estas últimas, ressaltam as tentativas de implantação do registro geral de alunos por sistema de processamen-

to eletrônico de dados, bem como aquelas resultantes da dispersão dos prédios da Universidade e os deslocamentos exigidos dos estudantes, sobretudo do ciclo básico.

Decorridos 10 anos, algumas experiências não foram consideradas satisfatórias. Assim, por exemplo, a adoção do regime semestral. A maioria dos cursos da Universidade voltou a adotar a anualidade. Muitos colegiados de cursos, embora se mantenha a inscrição por disciplina, têm ofertado pacotes de disciplinas que significam uma tentativa de retorno ao regime seriado.

De fato, a grande esperança da reforma universitária que era a flexibilidade curricular que facilitasse ao estudante a realização de curso de acordo com sua capacidade e com o tempo disponível, abrindo inclusive a possibilidade de diversificação de carreiras, não foi atingida.

Muitos cursos que haviam adotado o ciclo básico por áreas, também o abandonaram em reformas curriculares realizadas em 1980.

A adoção de currículos plenos sem maior planejamento, por sua vez, tem levado a constantes reformas, tumultuando o fluxo de alunos, com desperdício de tempo e de recursos humanos e materiais.

Os colegiados de curso que teriam como função principal a sua coordenação didática, na verdade, transformaram-se em secretárias sobrecarregadas de encargos administrativos multiplicados, pois que o Departamento de Assuntos Acadêmicos da Reitoria jamais chegou a constituir a esperada secretaria geral dos cursos da Universidade.

Adotado, de início, abandonou-se também o sistema de aconselhamento ao estudante, visando orientá-lo na programação e acompanhamento individual do curso.

A inscrição dos alunos por disciplina e a ausência de um planejamento racional na sua oferta descaracterizaram as turmas, quebrando a convivência acadêmica de professores e alunos de um mesmo curso. Aliás, os cursos que, nos últimos anos, voltaram a ter periodizações compactas têm observado melhoria no nível de relacionamento entre os estudantes, entre estes e os seus professores.

Inclusive, a convivência acadêmica mais freqüente tem possibilitado, por parte dos alunos, oportunidades de exigências de melhoria e qualificação dos professores.

A adoção do regime semestral para a totalidade das disciplinas, de outro lado, propiciou a redução do nível de responsabilidade docente, quer em relação aos alunos, como na qualidade do ensino ministrado.

Esta situação foi agravada pela incorporação de centenas de professores colaboradores, sem quaisquer concursos de provas e títulos e sem qualquer qualificação pós-graduada.

A implantação do sistema departamental, até certo ponto, se propiciou a renovação dos quadros administrativos de base, pouco avançou no sentido de sua atuação como uma congregação de professores que deliberam com vistas a objetivos comuns de ensino e pesquisa. Têm agido mais como pequenas unidades administrativas e de poder político, onde facções de professores se degladiam pela sua conquista. Inclusive a própria disciplina, onde se enquadra o cumprimento dos deveres e encargos mínimos da função docente, é postergada em troca de favores eleitorais. Criticou-se muito o feudo das cátedras, com a reforma, porém, ele apenas foi substituído pelo voto eventual da maioria formada por interesses imediatos.

De outro lado, pouca voz têm os Departamentos na definição de políticas gerais, sequer dispõem da faculdade de elaborar e/ou executar seus orçamentos.

O concurso vestibular único e unificado, uma das realidades efetivas da reforma universitária, na sua organização e execução, atingiu níveis de excelência. Contudo, existem observações concretas acerca da sua inadequação pelo tratamento idêntico dado a todas as áreas, o que levou a Universidade, nos últimos anos, a introduzir pesos diferenciados para as áreas tecnológica, biológica e humanística, corrigindo em parte tal inadequação.

A Universidade Federal do Paraná mantém representação estudantil, com direito a voz e voto, em todos os órgãos colegiados e comissões da Universidade.

Todavia, não mais se exigindo a obrigatoriedade do voto estudantil nas eleições de representantes, observa-se fraco comparecimento às mesmas.

Finalmente, cabe indagar se a indissociabilidade do ensino e pesquisa, almejada pela reforma universitária, efetivou-se realmente.

Ao nível do ensino superior esta seria a grande conquista da reforma, pois, que faria da Universidade brasileira a criadora de conhecimentos novos exigidos pela sociedade com vistas ao seu desenvolvimento.

Sem dúvida, a pesquisa hoje está presente na Universidade brasileira, de modo geral, e na Universidade Federal do Paraná, de modo particular. A extensão dos regimes de trabalho e a dedicação exclusiva muito contribuiu para isto. Todavia, a universalização destes regimes, sem mecanismos efetivos de avaliação da produtividade docente, tornaram a medida inócua, considerada como simples aumento de vencimentos.

Na prática, a pesquisa tem permanecido restrita a alguns grupos de pesquisadores, mor parte das vezes ligados aos cursos de pós-graduação. A dificuldade maior para a ampliação desses grupos ou do próprio desenvolvimento dos existentes, tem sido a insuficiência de recursos para o financiamento de programas ou projetos de pesquisas.

UNIVERSIDADE REVOLUCIONÁRIA

Por várias vezes, Vitor do Amaral e Silva, em seus pronunciamentos e relatórios, testemunhou acerca dos verdadeiros motivos que levaram à fundação da Universidade do Paraná, em 1912. Além da oportunidade propiciada pela legislação do ensino livre, estava o desejo, abstraído de quaisquer intuítos mercantis, de criar no Estado uma Universidade “para a habilitação ao exercício das profissões liberais”, atendendo aqueles jovens que não podiam custear seus estudos superiores fora do Paraná. Deste modo, “o surto de progresso rápido que tem bafejado o Paraná, ... as prerrogativas do ensino livre ..., foram a causa eficiente da instauração do ensino superior no Estado do Paraná”.

Destruída a unidade da instituição, contudo, não deixava de pairar acima da fragmentação em faculdades isoladas, um “liame invisível, mas indissolúvel, do primitivo espírito universitário, preso ao sentimento de todos os membros componentes das respectivas Congregações, à espera da primeira oportunidade para se reconstituir o bloco da Universidade”, conforme testemunhava Vitor do Amaral.

De fato, na vontade e na ação dos fundadores, esta seria a grande causa que animaria toda a história da Universidade desintegrada, ainda que, por vezes, não houvesse entendimento unânime entre as Faculdades sobre a pretendida restauração.

Apesar dos dissabores, a Universidade ia, aos poucos, assumindo as funções principais da sua participação na vida paranaense: formadora dos quadros profissionais requisitados pela sociedade, iniciando-se na pesquisa científica e estendendo seus serviços à comunidade.

A Universidade do Paraná, desde sua fundação até a restauração, diplomara 741 bacharéis em direito, 432 engenheiros civis, 12 engenheiros geógrafos, 78 químicos industriais, 944 médicos, 460 cirurgiões dentistas e 172 farmacêuticos.

Não eram somente paranaenses, mas principal e majoritariamente paranaenses que, portadores de títulos profissionais de ensino superior, ocupavam os postos da administração pública e a direção de negócios privados.

A Universidade nela concentra e forma as elites dirigentes do Paraná.

Embora o seu não alinhamento político enquanto instituição de ensino, todavia, por intermédio de professores e alunos, a Universidade estava, de um lado, agindo sobre o ethos paranaense e, de outro, recebendo a influência da sociedade na qual se inseria.

Desde a sua fundação, aos dias presentes, é indissociável a vida da Universidade daquela do Paraná. Com ele, aliás, a Universidade tem sido historicamente revolucionária, haja vista os episódios de 1930, 1946 e 1964.

Na madrugada de 5 de outubro, quando arrebentou em Curitiba a Revolução de 1930, o movimento era chefiado pelo major Plínio Tourinho, um dos fundadores da Universidade e lente catedrático da Faculdade de Engenharia.

Professores e alunos da Universidade inscrevem-se para a formação de batalhão patriótico. Vitor do Amaral, em relatório anual, consigna que a maior parte dos alunos da Faculdade de Medicina e muitos professores participavam do movimento, razão pela qual se interromperam as atividades acadêmicas. José Pereira de Macedo, Erasto Gaertner, Otávio da Silveira, estavam entre os primeiros voluntários. Os acadêmicos de Medicina formaram, aliás, o Corpo de Saúde Otávio da Silveira. Este professor, em 1925, era o secretário da Faculdade de Medicina, ao lado de Vitor do Amaral, por dez anos.

Instalado o governo revolucionário no próprio dia 5 de outubro, o Chefe do novo governo, general Mario Tourinho, em seu primeiro ato, decretou a unificação das três Secretarias de Estado existentes, sob o nome de Secretaria Geral d'Estado e com todas as atribuições das anteriores. O Decreto nº 2, da mesma data, nomeava João Ribeiro de Macedo Filho, para exercer o cargo de Secretário Geral d'Estado.

João Ribeiro de Macedo Filho, também fundador e lente catedrático da Universidade, era desde a separação das Faculdades, o Secretário da Faculdade de Direito, função que exerceu de 1918 a 1936. Foi depois Diretor da Faculdade de Direito e o segundo Reitor da Universidade, sucedendo a Vitor do Amaral e Silva. Ao lado deste, João Ribeiro de Macedo Filho, foi um dos mais pertinazes defensores da restauração da Universidade.

A ata de posse do general Mario Tourinho como Chefe do Governo Provisório, assinala a presença de numerosos professores das escolas superiores de Curitiba. De outro lado, a presença dos estudantes da Universidade não se limitou às manifestações cívicas promovidas na Capital paranaense, havendo inclusive tomado parte de operações militares. Haja vista a participação no

combate de Morungava, a 16 de outubro, onde morreu em ação o acadêmico de Medicina da Universidade do Paraná, Alfredo Bufrem.

Vindo do Sul, Getúlio Vargas quando da sua estada vitoriosa em Curitiba, incluiu em seu programa, visita à Universidade do Paraná, onde, em sessão solene, foi recepcionado pelos professores das três Faculdades.

A adesão e o entusiasmo pela Revolução de 30 e a ação de vanguarda de muitos universitários em seu favor, todavia, não devem fazer esquecer que no governo deposto também estavam presentes muitos professores e alunos da Universidade, haja vista o próprio Presidente do Estado, Afonso Alves de Camargo, lente catedrático, fundador e mais tarde Diretor da Faculdade de Direito.

A paixão revolucionária levou a certos desatinos, como testemunha Milton Carneiro: "A cena de que... não nos esqueceremos nunca: alguns moços muito distintos, mas em delírio de paixão política, quebrando cousas e arrancando das paredes do Salão os retratos de três Presidentes de Estado que foram benemeritíssimos do ensino superior em nossa terra".

De qualquer modo, porém, tudo evidencia que a Revolução de 30 e a Universidade estiveram intimamente ligadas, desde a preparação à sua implantação.

Na conjuntura do Estado Novo, o Paraná sofreu o rude golpe da perda do Iguazu, criado território federal em nome de vagas razões de segurança nacional, com o que nunca se conformaram os paranaenses, lutando pela sua volta ao Paraná.

A deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, e a redemocratização do País, propiciam o instante em que, liderados por um grupo de professores da Universidade do Paraná, Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Netto, Erasto Gaertner, Aramys Athayde e outros, levantam-se os paranaenses, exigindo a volta do Território do Iguazu, em campanha de conscientização da opinião pública e árdua batalha parlamentar quando da Constituinte.

Restaurava-se, em 1946, a integridade do território paranaense, ao tempo que se restaurava a Universidade do Paraná. São os professores da Universidade que fazem no Paraná a redemocratização do País. Primeiro, como magistrado, Clotário Portugal, depois Brasil Pinheiro Machado, aquele da Faculdade de Direito e este, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Interventoria do Estado.

A presença deste último no Governo e de vários Secretários de Estado, também professores universitários, e de Algacyr Munhoz Mäder na Prefeitura Municipal de Curitiba, sem dúvida, garantiram o apoio e o concurso financeiro oficial para a viabilização da Universidade do Paraná, ainda que instituição privada de ensino livre.

Simbolizando a união entre a Universidade e as elites políticas paranaenses, Bento Munhoz da Rocha Netto, ao renunciar o governo do Estado do Paraná, em 1955, com vistas a sua candidatura presidencial, deixa o Palácio Iguazu rumando diretamente para a Reitoria da Universidade do Paraná, a fim de reassumir sua cátedra. Da Universidade, aliás, saem com o próprio Bento Munhoz da Rocha Netto e Aramys Athayde, os dois ministros paranaenses do governo do Presidente Café Filho.

A Universidade do Paraná acompanhava atentamente a grave crise política que se preparava no País e que conduziria à Revolução de 1964.

Já, em 1962, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, alertava para os prenúncios da destruição da liberdade no País.

Dizemos que não pretendemos senão a Universidade aberta, para que a nossa voz seja ouvida pelo povo, para afinarmos a nossa capacidade de sentir os anseios do povo, para presidirmos ao desenvolvimento da nossa sociedade, para emitirmos, também, um pensamento político, sem compromissos estreitos, porque este é um dos deveres iniludíveis da Universidade moderna. Não há mais lugar para os fracos se refugiarem, para os dúbios com suas velas de dois pavios, para os de más intenções que procuram alicerces para minar e trair, porque a Universidade se abriu, para estender uma planície democrática.

Constatando que o povo brasileiro estava aflito e mesmo com medo, no drama nacional, o Paraná tinha um papel a desempenhar, “e a marcação deste papel deve ser feita hoje, exatamente, da tribuna de uma Universidade amadurecida e democrática...”. Desta maneira, da Universidade devia partir a campanha pela maior proeminência do Paraná, levando ao Brasil “um evangelho cívico... autêntico, simples, sincero e corajoso”.

Ante a ameaça crescente, no Brasil, de ideologias capazes de forçar uma disciplinação rumo “ao estado unitário e à universidade unitária, ao teatro unitário, ao periódico unitário, enfileirando-nos com povos cuja opinião pública é orientada pelos totalitaristas disciplinados em legião de desagregação democrática”, Flávio Suplicy de Lacerda pregava a vigilância da Universidade, sobretudo constatando que, no Brasil, os esquerdistas tinham trânsito livre, para idéias e ações, e que a agitação marxista invadira a sociedade nacional. Era preciso preservar a autonomia ampla e irrestrita da Universidade, “sem a qual deixará de existir o pensamento livre da nação”.

Na cúpula do movimento revolucionário de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná, assumia a direção do Ministério da Educação e Cultura.

São exemplos, os de Plínio Tourinho, Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Netto e de Flávio Suplicy de Lacerda, que tornam patente não apenas a participação, mas o desempenho de vanguarda dos homens da Universidade no revolucionarismo brasileiro contemporâneo, ou seja, a presença de uma Universidade ativamente revolucionária.

Revolucionária, aliás, pela sua própria criação inovadora, e no Estado do Paraná. Na provinciana Curitiba de 1912, todavia, fervilhava-se nos confrontos ideológicos de intelectuais alimentados pela *Encyclopédie*. E se o objetivo imediato era a formação de profissionais liberais, a via de acesso porém foi da integração da universalidade dos conhecimentos e da convivência interdisciplinar nas congregações de cursos.

Revolucionária até mesmo no aparente imobilismo da sua capacidade de resistir por trinta anos à desintegração. Ou seja, na conservação latente que, por vezes, irrompia em protestos, do inconformismo contra sufocação do novo, da criação universitária.

Revolucionária nos anseios de modernização do País arcaico pela Revolução de 30, de redemocratização do Brasil pela Constituição liberal de 1946, no protesto gritado da tribuna universitária contra o colonialismo ideológico a que se pretendia submeter o povo brasileiro às vésperas de 1964.

Blank Page

À MODA DE CONCLUSÃO

Na conjuntura, porém, do ano aniversário, a Universidade brasileira, de modo geral, e a Universidade Federal do Paraná, em particular, vivem uma das suas maiores depressões, senão a pior.

É comum ouvir-se dizer que a Universidade está em crise e mais banal ainda ninguém com isto se importar.

Universitários, autoridades constituídas em direito, se também isto é verdade, comunidade envolvente, todos fingem não ver o descalabro em que se converteu a rotina universitária brasileira.

Movimentos de professores, alunos e funcionários em luta contínua, estão permanentemente mobilizados para impedir a sobrevivência livre da Universidade e o que é mais grave, travestidos de democratas.

Campeiam os autoritarismos ideológicos, desde o impedimento do voto para colegiados de cursos, até mesmo às anulações de atos universitários válidos, determinados por facções de esquerda, controladoras da mente e do caráter de minorias em posições de fortuita liderança universitária.

Afastam-se, pelo deliberado ostracismo, professores que em tempos difíceis mantiveram com dignidade suas cátedras universitárias, formando muitos dos que hoje ascendem a níveis de direção.

De outro lado, são privilegiados, porque aderentes aos modismos em voga, professores reconhecidos dos próprios estudantes, pela sua incompetência didática e científica.

Incompetência e anarquia são hoje apanágio da vida universitária.

A incompetência tem conduzido à perda de qualidade e a anarquia à paralisação mesma das funções da Universidade.

Em nome da democracia, destruiu-se a hierarquia fundada na produção científica e no mérito docente dos professores. Destruiu-se, em consequência,

a disciplina universitária. Nivelou-se tudo por baixo com o voto igualitário e sem racionalidade.

Cursos que mantinham níveis de excelência, converteram-se em células de doutrinação política. Tudo é considerado unicamente a partir da coloração ideológica.

Por tudo isso, ou seja, pela ausência da liberdade de pensar, a Universidade está morrendo. Não se trata de figura retórica ou de efeito. Mas, da verdade do cotidiano universitário nos últimos tempos.

Todavia, há os que não perdem a fé e que perseveram no respeito à Universidade e que, como Vitor do Amaral, em tempos de provação, acreditam que também este vendaval há de passar e que a Universidade Federal do Paraná viverá.

A Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH, com sede e foro na cidade de São Paulo, tem por objetivos:

- a) Contribuir para o desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil.
- b) Promover e facilitar a colaboração entre os pesquisadores.
- c) Divulgar as pesquisas históricas.
- d) Incentivar e estimular o interesse do público em relação à pesquisa histórica.
- e) Contribuir para a preservação e publicação de documentos.
- f) Facilitar a cooperação entre os pesquisadores brasileiros e os pesquisadores estrangeiros da História do Brasil.
- g) Congregar pessoas e instituições interessadas no progresso e difusão da pesquisa histórica.

Podem inscrever-se como sócios efetivos da SBPH, os pesquisadores munidos de diploma universitário, com pesquisas históricas publicadas ou em preparação.

As reuniões anuais da SBPH compreendem conferências, mesas-redondas, comunicações, informação bibliográfica, informação arquivística, discussão de projetos de pesquisa.

A SBPH mantém representações nos Estados.

CECÍLIA MARIA WESTPHALEN ingressou na Universidade do Paraná em 1947. Diplomou-se em Geografia, História e Direito. Iniciou seu magistério na Universidade em 1951. Realizou estudos pós-graduados na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, e na Universidade zu Köln (RFA). Conquistou em 1957, por concurso de títulos e provas, a cátedra de História Moderna e Contemporânea. Foi Chefe do Departamento de História, Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História, Coordenadora Geral dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade, bem como Coordenadora de Pesquisa da Universidade. Foi Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Integrou o Conselho de Ensino e Pesquisas da UFPR, do qual foi Vice-Presidente e Presidente. Integrou o Conselho de Administração e o Conselho Universitário e hoje faz parte do Conselho de Curadores. Possui 135 trabalhos publicados no País e no Exterior. Ministrou conferências e cursos nas Universidades de Köln, Louvain, Montevideo, Montpellier e Paris I. É membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais. Atualmente, é Vice-Presidente da Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales, do CISH/UNESCO.